

CADERNO BÖLL

NOVO PAPEL DO  
BRASIL NO MUNDO  
X MODELO DE  
DESENVOLVIMENTO

 FUNDAÇÃO  
HEINRICH  
BÖLL



A FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL É UMA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA, SEM FINS LUCRATIVOS, QUE SE ENTENDE COMO PARTE DA CORRENTE POLÍTICA VERDE, REPRESENTADA NA ALEMANHA PELA COALIZÃO PARTIDÁRIA ALIANÇA 90 / OS VERDES. NOSSOS PRINCIPAIS VALORES SÃO OS DA ECOLOGIA E SUSTENTABILIDADE, DEMOCRACIA, DIREITOS HUMANOS, AUTODETERMINAÇÃO E JUSTIÇA.

DENTRO E FORA DA ALEMANHA, A FUNDAÇÃO BUSCA PARCERIAS ESTRATÉGICAS COM AQUELES QUE COMPARTILHAM OS VALORES DA ENTIDADE E AGE DE FORMA INDEPENDENTE, INCLUSIVE COM RELAÇÃO AO PRÓPRIO PARTIDO. SUA SEDE FICA EM BERLIM, MAS ATUA COMO ATOR INTERNACIONAL NO DEBATE DE IDÉIAS E NA PRÁTICA DE ATIVIDADES.

A INSTITUIÇÃO ESTÁ MUNDIALMENTE ENGAJADA NA POLÍTICA ECOLÓGICA E NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, UMA VEZ QUE, PARA NÓS, ECOLOGIA E DEMOCRACIA SÃO INSEPARÁVEIS.

NOSSA ORGANIZAÇÃO LEVA O NOME DO ESCRITOR VENCEDOR DO PRÊMIO NOBEL, HEINRICH BÖLL, QUE SIMBOLIZA POSTURAS COM AS QUAIS NOS IDENTIFICAMOS: DEFESA DA LIBERDADE, CORAGEM CÍVICA E TOLERÂNCIA.



## INTRODUÇÃO

### NOVO PAPEL DO BRASIL NO MUNDO X MODELO DE DESENVOLVIMENTO

AO PENSAR ESSA PUBLICAÇÃO, CUJO GRANDE TEMA É O CONTRAPONTO ENTRE O CHAMADO “NOVO PAPEL DO BRASIL NO MUNDO” E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO, A FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL, JUNTAMENTE COM SEUS PARCEIROS, PROCURA MAIS UMA VEZ LANÇAR MÃO DE UMA DISCUSSÃO QUE POSSA CONTRIBUIR PARA UM DEBATE SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS, BUSCANDO SEMPRE A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS, DE CLASSE, GÊNERO E ÉTNICO-RACIAL.

O OBJETIVO DOS ARTIGOS AQUI REUNIDOS É UM CONVITE À REFLEXÃO DE QUESTÕES INTRÍNSECAS AO TEMA DA BUSCA PELO CRESCIMENTO BRASILEIRO E SUAS CONSEQÜÊNCIAS PARA A SOCIEDADE E O MEIO AMBIENTE. AGRONEGÓCIO, REFORMA AGRÁRIA, SOBERANIA ALIMENTAR, POBREZA, CONCENTRAÇÃO DE TERRAS E MONOCULTURAS SÃO APENAS ALGUMAS EQUAÇÕES A SEREM RESOLVIDAS. OUTRAS RELACIONADAS SÃO OS GRANDES COMPLEXOS DE INVESTIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA, COMO OS DE ENERGIA, POR EXEMPLO, E SEUS IMPACTOS EM TERMOS DE DIREITOS HUMANOS SOBRE POPULAÇÕES TRADICIONAIS, RIBEIRINHOS, POVOS DA FLORESTA, MULHERES CAMPONESAS, ETC.

SOB O PONTO DE VISTA INTERNACIONAL, AINDA DISCUTE-SE COMO O BRASIL DEFINIRÁ O REAL OBJETIVO DESSE NOVO PAPEL QUE AGORA OCUPA DENTRO DE BLOCOS COMO G20\* E IBAS\*\*, E COMO VAI LIDAR COM ASSUNTOS LIGADOS AO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE FORMA A PROTEGER A AGRICULTURA FAMILIAR NUM PAÍS ONDE OS INTERESSES MAIS PRIVILEGIADOS SÃO EM SUA MAIORIA OS DO AGRONEGÓCIO.

PARA ALÉM DESSE EMARANHADO DE TEMAS, HÁ AINDA UM ASSUNTO GLOBAL QUE ESTÁ NA PAUTA DE QUASE TODAS AS ORGANIZAÇÕES, GOVERNOS E INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA E QUE AINDA ASSIM PRECISA SER DEBATIDO À EXAUSTÃO: AQUECIMENTO GLOBAL E MUDANÇA CLIMÁTICA. O QUE FOI FEITO A PARTIR DO PROTOCOLO DE KYOTO? QUAL O PAPEL DAS DIFERENTES INSTITUIÇÕES NA DIFÍCIL TAREFA DE REVERTER OS EFEITOS DO CHAMADO EFEITO ESTUFA?

E, NO MEIO DISSO TUDO, COMO FICA A IMAGEM DO MOVIMENTO ECOLÓGICO NO BRASIL E NO MUNDO? COMO LUTAR POR UM PADRÃO DE PRODUÇÃO E CONSUMO MAIS SUSTENTÁVEL SEM RECEBER A ALCUNHA DE “ANTI-PROGRESSO”?

TALVEZ OS IDEIAS DE HEINRICH BÖLL (QUE ESTE ANO COMPLETARIA 90 ANOS), COMO A DEFESA DA LIBERDADE, DO ENGAJAMENTO POLÍTICO, E A LUTA POR CIDADANIA, PRECISEM SER RESGATADOS PARA NOS AJUDAR A LIDAR UM POUCO MELHOR COM CONFLITOS TÃO CAROS À HUMANIDADE.

\* Grupo dos países em desenvolvimento com interesse especial em agricultura, segundo definições do próprio Ministério das Relações Exteriores.

\*\* Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul

## O QUE QUER DIZER SER ECOLOGISTA HOJE

Thomas Fatheuer <sup>1</sup>



**HOUVE O TEMPO EM QUE A ECOLOGIA ERA VISTA POR MUITOS COMO NADA MAIS DO QUE UM MERO HOBBY DA CLASSE MÉDIA, UM LUXO SOMENTE PARA AQUELES QUE NÃO TINHAM PREOCUPAÇÕES MAIORES. RECENTEMENTE, APÓS A PUBLICAÇÃO DOS ÚLTIMOS ESTUDOS SOBRE AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS CAUSADAS PELAS ATIVIDADES HUMANAS, O**

**QUADRO MUDOU E ATÉ POLÍTIOS CHEGARAM A RECONHECER QUE A CATÁSTROFE AMBIENTAL NÃO É MAIS UMA LADAINHA DE ETERNOS PESSIMISTAS, MAS UM CENÁRIO PRÓXIMO E IMINENTE QUE INFLUENCIARÁ TODAS AS DISCUSSÕES POLÍTICAS DAS PRÓXIMAS DÉCADAS. NÃO PODEMOS CONTINUAR ASSIM!**

Nos anos 70, o movimento ambientalista começou a se formar em algumas regiões da Europa, mas cresceu à margem da política oficial. As críticas contra a energia nuclear, um momento decisivo de mobilização da época, chegaram a ser ridicularizadas e os avanços tecnológicos eram vistos como um remédio universal para todos os problemas. Trinta anos depois, nos vemos diante de um triste balanço: os tais avanços tecnológicos praticamente proporcionaram ao mundo a capacidade de se autodestruir (diversas vezes, se necessário) por meio de armas atômicas. No entanto, não conseguiram eliminar nem a fome, nem a pobreza extrema. Jamais tantos indivíduos viveram na

miséria como nos dias de hoje. Conceitos neoliberais não conseguiram superar as desigualdades econômicas e sociais e – não se pode esquecer – experiências socialistas estatizantes fracassaram no mundo inteiro. O Socialismo real provou ser irmão em espírito do Capitalismo: ele mesmo acreditava no progresso por meio da promoção das forças produtivas. Nem o Capitalismo e nem o Socialismo do século XX carregam em suas bases o conceito do desenvolvimento sustentável: em ambos a natureza era vista como uma mina inesgotável.

O conceito de sustentabilidade, que se popularizou na década de 80, foi a primeira reação aos dilemas do século XX. Este novo conceito coloca a “relação social com a natureza” (Marx) como uma questão central. É bem verdade que, desta forma, ele não soluciona nem um único problema, mas reformula o campo de debates – e isto é, de fato, um avanço.

No entanto hoje a crise ambiental é inegável. Os últimos 150 anos de atividades humanas têm levado o nosso planeta definitivamente à exaustão. Na Conferência Rio 92, as organizações não-governamentais brasileiras falaram sobre uma “crise da civilização”. Hoje essas palavras soam mais atuais do que nunca. Entretanto, existe um perigo presente nessa declaração generalizada da crise: sem dar nome aos bois, corremos o risco de cair em lamentação ou de perder os níveis de ação de vista. A crise ecológica conhece os culpados e as vítimas, e a humanidade não está toda no mesmo barco. Este fato também foi constatado em 1992 no Rio de Janeiro: os países altamente desenvolvidos e industrializados do Norte carregam histórica e atualmente a maior responsabilidade pelos problemas globais. Se eles não mudarem, nada mudará.

Em face da nova situação da crise ecológica, alguns resultados de debates do passado não deveriam ser esquecidos. Os desafios ambientais não podem ser dissociados das condições sociais. As riquezas deste planeta são extremamente mal distribuídas. Uma política ambiental não pode ser implementada sem iniciativas conscientes de superar as graves desigualdades. Se antes o desenvolvimento econômico era pensado desconsiderando as consequências econômicas, hoje não podemos cair no erro contrário: a política ecológica deve contemplar os desafios sociais. Atualmente, as tensões são muito mais complexas, como demonstram as discussões acerca dos biocombustíveis: será que as fontes alternativas de energia encontram-se na iminência de expulsar os pequenos agricultores de suas terras e de ameaçar a soberania alimentar em favor de uma produção intensiva de biocombustíveis?

A crise ambiental também não deve levar a ações autoritárias. A consolidação da democracia e o cumprimento dos direitos humanos são elementos e requisitos básicos para o desenvolvimento ecológico. Neste sentido, o crescimento da igualdade de gênero desempenha um papel de especial significado. Mesmo após muitos anos de movimento feminista, nossas sociedades ainda estão impregnadas de relações desiguais. E, por fim, não podemos esquecer da maior agressão contra o homem e a natureza: a guerra.

1- Thomas Fatheuer é sociólogo e diretor do escritório da Fundação Heinrich Böll no Brasil

**A Fundação Heinrich Böll do Rio de Janeiro espera que, por meio de suas atividades e de outras cooperações com parcerias no Brasil, possa contribuir para a superação desses enormes desafios'**

O comprometimento de uma ordem internacional sem guerra permanece, infelizmente, apenas como um desafio por demais atual.

Assim, os temas são brevemente caracterizados; temas esses com os quais o movimento verde na Europa cresceu nos anos 70. A ecologia, a democracia, a igualdade

de gênero, a cultura de paz e uma igualdade social maior, hoje, continuam sendo os desafios centrais de uma política que pretende transformar práticas insustentáveis. Todos esses são temas que não podem ser resolvidos somente nos âmbitos local e nacional. Apenas uma combinação de políticas nacionais e internacionais é capaz de fornecer as condições necessárias para a implementação de alternativas. Para tanto, é importante termos a consciência de que um diálogo internacional é fundamental para vencer os desafios atuais. Sob esta ótica, o diálogo também é imprescindível, uma vez que mesmo dentro do movimento ecológico e de outros movimentos sociais existem posicionamentos distintos. Atores do Norte freqüentemente traçam prioridades diferentes das dos agentes do Sul. Estratégias conjuntas nem sempre são fáceis de serem desenvolvidas, mas são necessárias com uma urgência cada vez maior. A Fundação Heinrich Böll do Rio de Janeiro espera que, por meio de suas atividades e de outras cooperações com parcerias no Brasil, possa contribuir para a superação desses enormes desafios.



**AO FIM DESTA ANO HEINRICH BÖLL COMPLETARIA 90 ANOS. MAS O CORPO, MARCADO CEDO PELOS FERIMENTOS E PRIVAÇÕES DA GUERRA, FOI-SE EM 1985. ASSIM, PARA FAZER JUS AO TÍTULO DESTA PEQUENO ARTIGO NEM SE PODERIA ESPECULAR QUANTO AOS POSSÍVEIS COMENTÁRIOS DO ESCRITOR, AOS 89 ANOS, SOBRE A COPA DO MUNDO NA ALEMANHA – OU MELHOR, SOBRE A ALEMANHA DA COPA DO MUNDO.**

Ele não viveu o fim da cortina de ferro, nem a reunificação de seu país; não vivenciou a longa passagem do Partido Verde pelo poder, em coligação com o Partido Social-Democrata. Quando militava ao lado dos incipientes movimentos ambientalistas, não podia imaginar que a Alemanha, além de famosa na economia mundial pela indústria automobilística, química e de máquinas, também viria destacar-se por exportar tecnologia ambiental e ser exemplo internacional em termos de conservação da natureza, reflorestamento, revitalização de rios, separação e reciclagem de lixo, produção de energia limpa.

O escritor de Colônia, agraciado com o prêmio Nobel em 1972, não teve tempo de ser cidadão da União Européia, nem de vê-la desunida em 2003, quando a Alemanha e a França destoaram do coro belicoso do texano júnior, ao passo que Espanha e Inglaterra, papagaios de pirata, lhe cobriam a retaguarda durante o duelo cinematográfico, revólveres nos coldres. Não faltaria matéria para o pacifista e satirista Heinrich Böll...

Paulo Astar Soethe é professor de Língua e Literatura Alemã e Coordenador de Pós-graduação em Letras na UFPR (Universidade Federal do Paraná). Concluiu mestrado (sobre Heinrich Böll) em 1995 e doutorado em 1999, ambos na USP (Universidade de São Paulo). Em 2005 e 2006 cumpriu programa de pós-doutorado como bolsista da Fundação Alexander von Humboldt na Universidade de Tübingen. Como tradutor, publicou em português obras de pensadores importantes como Karl-Otto Apel, Jürgen Habermas, Karl-Josef Kuschel e Hans Küng.

**BATE-BOLA  
COM BÖLL**  
Paulo Astar Soethe <sup>2</sup>

O escritor tampouco pôde saudar a Alemanha por eleger pela primeira vez uma mulher para o cargo de chanceler, ainda mais vinda do lado oriental. Ela é da União Cristã Democrática, vá lá, não se pode ter tudo de uma vez... Böll sempre combateu o partido: católico progressista, por isso mesmo não se conformava com o uso do termo “cristão” no nome do partido conservador. Mas, pensando na Copa, não é inconcebível que Böll, se vivo, pudesse mesmo haver elogiado a primeira-ministra Merkel, depois de ela declarar em entrevista que os alemães, com a boa reação ao terceiro lugar no mundial, pareciam finalmente haver aprendido que podem ser felizes mesmo sem ser os primeiros.

Böll era assim, o escritor daqueles que não ficaram em primeiro lugar. E se ainda vivo eu o imaginaria hoje, mesmo bem idoso, ocupado em defender na Alemanha os cidadãos de origem estrangeira que não logram integrar-se à sociedade, por razões econômicas ou culturais, por não dominarem suficiente alemão, mesmo tendo nascido naquele país. É ele certamente estaria atento aos sem-teto, aos bêbados e drogados nas estações de metrô nas grandes cidades, aos que recebem o benefício social Harz IV, aos cerca de 6 milhões que, para o nível socioeconômico da Alemanha, encontram-se em nível de pobreza.

Com seu jeito simples, assumidamente de um clown, Heinrich Böll continuaria até hoje disparando comentários não obstante contundentes. E, se voltado para a cena mundial, não lhe faltariam problemas que denunciar. Sua base ética parece ter se fortalecido.

Muitos de seus anseios em relação à Alemanha tornaram-se realidade, pois ele apontava o caminho certo. Pacifismo, apoio ao desenvolvimento de países mais pobres, consciência ecológica: os temas que levaram Böll a pronunciar-se e a participar de manifestações até o limite de suas forças, mesmo nos últimos meses de vida, são hoje opções evidentes em setores importantes e decisivos daquele país. E em nível internacional, como se agravaram os problemas para os quais Böll apontou! Como se intensificou no mundo a pobreza, que ele denunciava em especial na sociedade alemã do pós-guerra. E com que vigor o escritor combateu o menosprezo aos pobres. Como valorizou a “reserva de humanidade” que trazia em si o assim chamado “lixo social” despejado pelas estruturas de poder político e econômico, os marginalizados na época.

Suas obras e sua participação no debate social: aí está a forma de atuação de Heinrich Böll. Para exemplificar, e com isso conduzir minhas considerações ao final, permito-me comentar um romance publicado no Brasil e, salvo engano, esgotado há bom tempo: “Fim de uma viagem<sup>3</sup>” (Ende einer Dienstfahrt, 1966). Apesar de certo ressurgimento da obra de Böll com a meritória publicação de seu romance “O anjo silencioso” (2004) pela Editora Estação Liberdade, que teve boa recepção na imprensa, haveria muito que recuperar da obra do escritor alemão para a cena brasileira de hoje. Traduções esgotadas há muitas, e alguns bom livros por traduzir.

“Fim de uma viagem” – vamos ao romance – utiliza recurso eficiente para lançar sobre o conjunto da sociedade alemã o olhar metucioso e revelador do satirista: apresenta como funcionários, assistência, testemunhas, advogados, réus, juiz e jornalistas dezenas de personagens envolvidas no julgamento de um caso inusitado. Todos eles são acompanhados por um narrador em terceira pessoa, o que torna possível que se construa passo a passo um mosaico representativo da Alemanha e dos meandros de sua burocracia e poder, em meados dos anos 1960.

O caso de que trata o romance envolve como réus confessos os marceneiros Gruhl, pai e filho, acusados de incendiar um jipe do exército alemão. O rapaz, em serviço militar, cumpria a missão de rodar sem destino com o carro, apenas para arredondar seu tacógrafo e “aprontá-lo” assim – por exigências burocráticas – para uma próxima revisão mecânica de praxe. Entediado com a vida militar, com desperdícios e absurdos como esse, ele resolve por conta própria ir à casa de seu pai, ajudá-lo no trabalho; lá os dois resolvem cometer o “crime” de que trata o processo. A situação do marceneiro Gruhl pai é agravada pelo fato de ele ter dívidas imensas com o fisco, causadas por armadilhas tributárias das quais não teve habilidade para escapar, como se costumava fazer.

O advogado de defesa, sob argumento que vai ao encontro do que pensa o jovem Gruhl, procura caracterizar o incêndio do carro como atividade artística. O argumento de que a arte pressupõe liberdade e de que portanto a “escolha do material” teria sido legítima é defendida no romance pelo depoimento do extravagante especialista em artes plásticas, Prof. Büren. O advogado, com isso, pretende diminuir a gravidade do ato cometido por seus clientes. Entra em questão aí, de forma ambivalente, o papel da arte na sociedade. A intenção dos marceneiros não é apenas a de criar um objeto artístico de valor imanente (ambos tem razões para protestar contra o exército e o Estado alemães), mas o argumento serve para assegurar-lhes vantagens no momento do confronto com o poder constituído.

Autoridades militares e civis procuram evitar que o caso seja divulgado mais amplamente e mobilizam para tanto sua rede de influências junto à imprensa, ao poder judiciário, à Igreja e à população em geral. Isso se dá de forma tão discreta quanto eficiente; ao fim do julgamento os réus são condenados a uma pena leve, mas não há publicidade para o caso e, aparentemente, a reputação da “Bundeswehr” (são as forças armadas alemãs) permanece ilesa. Era um tempo, esses meados dos anos 1960, em que a Alemanha voltava a ter possibilidades de constituir um exército e ampliá-lo. O pacifista Böll, vinte anos antes ainda soldado sob o tãco nazista, não podia omitir-se de intervir no debate sobre a questão.

E no romance os esforços das autoridades não impedem que os absurdos revelados pelo processo reforcem posições contrárias de indivíduos isolados em relação ao exército, ou mesmo alertem outros cidadãos para a questão. Não ocorre entre essas personagens descontentes uma organização

institucional, mas o texto aponta para o que Bernd Balzer<sup>4</sup> chama de “unidade dos cavaleiros solitários” – ou seja, a agregação de indivíduos isolados que não se integram plenamente à sociedade organizada mas passam a atuar em conjunto por mudanças concretas. Para a visão de mundo de Böll, a oposição entre a sociedade e o humano, senão desejável, é ao menos uma forma de sobrevivência e resistência da humanidade, em estruturas complexas que ameaçam prescindir da pessoa como fundamento de sua organização e finalidade. Em Fim de uma viagem, a agregação e organização espontânea de personagens desajustadas na sociedade constituída (mas não necessariamente do ponto de vista econômico) ocasiona o abrandamento da pena dos acusados, possibilita a manutenção da atividade artística do jovem Gruhl e sustenta a solidariedade em relação à vida de ambos, em seu trabalho, sustento e vida familiar.

Agnes Hall, por exemplo, personagem rica, solteira e desde jovem apaixonada pelo juiz Stollfuß, seu primo (é por isso que ela acompanha todos os julgamentos), encanta-se pelos Gruhl e decide interferir no caso. Contrariando a lógica punitiva do Estado, ela assegura continuidade a happenings artísticos tais como os que constituem o “crime” em julgamento. Por iniciativa individual, prevê em seu testamento a queima anual de um jipe do exército alemão no dia de Santa Agnes e no mesmo local em que os Gruhl já o haviam feito, como única condição para que ambos recebam todos os bens dela em herança.

Da mesma forma, o velho juiz Stollfuß condena os réus a uma pena de somente seis semanas, praticamente já cumprida por antecipação, enquanto os acusados aguardavam julgamento. E ainda obriga o Estado a devolver-lhes o jipe, que considera de fato um objeto de arte – “disso o tinha convencido não só o depoimento da testemunha Professor Büren”. A participação inusitada do juiz contraria as expectativas em relação a um representante da lei e da ordem e alia-o ao grupo de “cavaleiros solitários”, pela atitude de distanciamento que assume em relação ao Estado e a seu próprio papel social. Ele se declara “desamparado” ao emitir a sentença, pois estaria diante de um caso que exprimia de maneira nítida “o desamparo das leis humanas” (p. 202). E aconselha ainda ao réus a que se tornem “independentes do Estado, não dando a ele, ao Estado, nenhuma chance de lhes restringir a liberdade” (p. 203).

O caráter lúdico da arte – jogo social comunicativo e livre – é elemento desejável, imprescindível mesmo, na reconstituição acelerada do tecido social brasileiro, sempre à beira de esgarçar-se. No país do futebol, vale muito ouvir as considerações do quase nonagenário Böll.

Quando se lhe dá atenção, ele está bem vivo, afinal. Em boa forma até para um bate-bola no país da Copa. E só convém esperar que por lá, no fim do ano, não se esqueçam de render-lhe homenagem devida. Por aqui, nada mal se o ouvíssemos, insisto. Nossa seleção veio tão cedo para casa, e há tanto que fazer: de certa forma, e de maneira curiosa, a obra de Böll fala mais sobre nós, hoje em dia.

4- BALZER, Bernd. Heinrich Bölls Werke: Anarchie und Zärtlichkeit. In: BÖLL, Heinrich. Werke. Romane und Erzählungen. 4 v. ed. rev. e ampl. Colônia: Kiepenheuer und Witsch; Bertelmanns Club, 1987. p. [111]-[182].



Muitos de seus anseios em relação à Alemanha tornaram-se realidade, pois ele apontava o caminho certo. Pacifismo, apoio ao desenvolvimento de países mais pobres, consciência ecológica: os temas que levaram Böll a pronunciar-se e a participar de manifestações até o limite de suas forças, mesmo nos últimos meses de vida, são hoje opções evidentes em setores importantes e decisivos daquele país.’



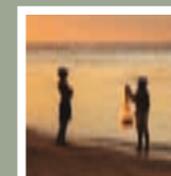
01



02



03



04



05



# ÍNDICE

## 01 NOVO PAPEL DO BRASIL NO MUNDO \_PÁG. 16

O QUE HÁ DE NOVO (E DE VELHO) NA POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL? ■ Fátima V. Mello

## 02 MODELO DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO \_PÁG. 24

2.1) A POLÍTICA POR TRÁS DA LUTA POR TERRA NO BRASIL \_PÁG 25

A CONTEMPORANEIDADE E OS NOVOS SENTIDOS POLÍTICOS DA LUTA POR TERRA E TERRITÓRIO ■ Maria Emília Lisboa Pacheco

2.2) A SOJA E AS MULHERES DO CAMPO \_PÁG 36

IMPACTOS DOS MONOCULTIVOS DE SOJA SOBRE O TRABALHO E A VIDA DAS MULHERES ■ Julianna Malerba

## 03 COMPLEXOS DE INFRAESTRUTURA: DESENVOLVIMENTO PARA QUEM? \_PÁG. 46

3.1) COMPLEXO RIO MADEIRA \_PÁG 47

PROJETOS HIDRELÉTRICOS NO RIO MADEIRA: CONFLITOS SOCIAIS E PROBLEMAS AMBIENTAIS ■ Artur de Souza Moret

3.2) ENERGIA NUCLEAR \_PÁG 53

ENTREVISTA COM O DEPUTADO EDSON DUARTE

## 04 DIREITOS HUMANOS: HÁ ESPAÇO PARA ELES NESSE MODELO? \_PÁG. 60

A VOZ DA FLORESTA: UMA CAMPANHA QUE GRITA POR JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL ■ Fátima Cristina da Silva

## 05 CLIMA: AS CONSEQÜÊNCIAS DE UM MODELO DESASTROSO \_PÁG. 68

KYOTO NÃO BASTOU ■ Barbara Unmüßig e Jörg Haas

## PROGRAMAS E PARCERIAS DA FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL NO BRASIL \_PÁG. 74

## 01

## NOVO PAPEL DO BRASIL NO MUNDO

A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA TEM PROCURADO LANÇAR O BRASIL COMO LIDERANÇA INTERNACIONAL, E UMA DAS PRINCIPAIS AÇÕES FUNDAMENTAIS PARA ESTA FORMATAÇÃO ATUAL FOI A NOVA CONSTRUÇÃO DO EIXO SUL-SUL PARA ALÉM DO MERCOSUL, COM O BRASIL À FRENTE DOS BLOCOS G20 E IBAS.

MAIS DO QUE LUTAR PELO FIM DO PROTECIONISMO NA EUROPA E NOS EUA COM RELAÇÃO AO COMÉRCIO AGRÍCOLA, O BRASIL, SEGUNDO ESSA NOVA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO ENTRE OS PAÍSES QUE CONSTITUEM ESTES BLOCOS, PARECE ESTAR INTERESSADO EM INTENSIFICAR AS LIGAÇÕES COM AS NAÇÕES ENVOLVIDAS, A PARTIR DA CRIAÇÃO DE PROGRAMAS QUE ASSOCIEM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PROGRESSO SOCIAL, AVANÇOS DEMOCRÁTICOS, MAS SEM ADOTAR UMA LINHA DE POLÍTICA ASSISTENCIALISTA. PENSANDO NESTA DIREÇÃO, A AGENDA DO GOVERNO BRASILEIRO TEM SINALIZADO COM A INCORPORAÇÃO DE PRIORIDADES QUE VÃO ALÉM DA MERA AGENDA COMERCIAL, ENVOLVENDO ASPECTOS CULTURAIS, SOCIAIS E, SOBRETUDO, POLÍTICOS.

A HISTORIADORA FÁTIMA VIANA MELLO, DIRETORA DA FASE - SOLIDARIEDADE E EDUCAÇÃO E SECRETÁRIA-EXECUTIVA DA REBRIP (REDE BRASILEIRA PELA INTEGRAÇÃO DOS POVOS) ESCREVE SOBRE ESSA NOVA CONSTITUIÇÃO POLÍTICA.

## O QUE HÁ DE NOVO (E DE VELHO) NA POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL?

Fátima V. Mello<sup>5</sup>

**DESDE O INÍCIO DO GOVERNO LULA, EM 2003, ALGUMAS ALTERAÇÕES IMPORTANTES FORAM IMPLANTADAS NOS EIXOS DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA. UM DOS ELEMENTOS CENTRAIS DESTAS ALTERAÇÕES SE FEZ SENTIR LOGO NO PRIMEIRO ANO DE GOVERNO, QUANDO A POLÍTICA EXTERNA DE LULA ATUOU DE FORMA COORDENADA EM DUAS FRENTES PARA, DE UM LADO, Esvaziar as negociações para a formação da ALCA e, por outro lado, na reunião ministerial da OMC em Cancun, formar uma coalizão de países em desenvolvimento – o G20 - para colocar combustível extra nas complicadas negociações da rodada.**

A decisão pelo esvaziamento das negociações da ALCA resultou de vários fatores. Entre os mais importantes está o fato de que um alinhamento tão subordinado aos EUA não corresponderia a uma trajetória de longa data da política externa brasileira de manter um pluralismo pragmático nas relações internacionais, sempre investindo na diversificação de parceiros e no multilateralismo. É claro que havia, e continua havendo, setores na sociedade brasileira com alguma influência entre os formadores da política externa que defendem uma relação preferencial e super alinhada com EUA, mas não há dúvida de que o grupo escolhido pelo presidente Lula para conduzir a política externa não corresponde aos interesses destes setores. O governo formulou uma estratégia visando ao esvaziamento das negociações também porque passou a haver uma forte percepção no setor

exportador ligado ao agronegócio de que não haveria obtenção de ganhos de acesso ao mercado agrícola dos EUA através da ALCA. A estratégia de esvaziamento também respondeu aos fortes anseios vindos da opinião pública brasileira, que foi convocada pelos movimentos sociais através da Campanha Brasileira Contra a ALCA a resistir ao avanço das negociações. Jamais um acordo comercial havia atingido um grau de debate público tão amplo como foi o caso da ALCA.

A liderança brasileira na condução do esvaziamento da ALCA gerou, no entanto, percepções e expectativas um tanto equivocadas por parte das campanhas contra o livre comércio. Alguns movimentos sociais da região e de fora dela passaram a esperar que o Brasil estivesse disposto a liderar algo similar no âmbito multilateral, e por isso foi na OMC que a política externa do atual governo brasileiro foi mais difícil de ser decodificada. Por um lado, o Brasil foi protagonista na criação de uma coalizão de países do Sul, capaz de alterar a correlação de forças no sistema multilateral de comércio, desmontando o formato negociador, antes concentrado nos países centrais. As expectativas dos movimentos sociais se baseavam no “empate” criado pelo G20 em Cancun para depositar esperanças no Brasil de que os termos tão injustos de negociação da rodada não iriam avançar. Porém, após Cancun, o compromisso visceral do Brasil não somente com o sucesso da rodada, mas também com a sobrevivência institucional da OMC, foi deixando claro que as inovações da política externa de Lula não alteravam o cerne da questão: o agronegócio, e o setor exportador a ele ligado, é parte central do pequeno clube de donos do poder no Brasil, e portanto tem enorme peso na formação das posições negociadoras do país.

Esta correlação de forças domésticas a favor do que antes era o antigo latifúndio, e que nos últimos tempos manteve a concentração fundiária inalterada, se reciclando em uma produção em larga escala de monoculturas voltadas para exportação, deu e continua dando o tom dos interesses defendidos pelo Brasil no sistema internacional. O país faz acordos a qualquer custo na tentativa de abrir mercados para estas exportações agrícolas. Além disso, se dispõe a oferecer, em troca do acesso a mercados agrícolas, setores chave para o desenvolvimento e a sustentabilidade no país, como é o caso das ofertas de redução drástica de tarifas em produtos industriais sob as negociações de NAMA (Non-Agricultural Market Access), e de setores cruciais de serviços que, caso as negociações avancem nestes termos, terão um impacto muito negativo sobre os direitos da população a serviços públicos e sociais.

A aposta brasileira na formação do G20 buscou atender, portanto, a dois objetivos da política externa: um, mais ligado aos interesses econômicos deste setor exportador, de ampliar os mercados para os produtos do agronegócio e das grandes empresas a ele vinculadas; e outro, de natureza política, de liderar um coalizão de países chamados em desenvolvimento de forma a buscar uma alteração na correlação de forças no sistema internacional, que primeiro passasse pela democratização das negociações na OMC, para depois ir produzindo efeitos em outras instâncias do sistema internacional.

5- Fátima V. Melo é historiadora, mestre em Relações Internacionais (Instituto de Relações Internacionais, IRI-PUC/RJ), diretora da FASE - Solidariedade e Educação e secretária executiva da REBRIP (Rede Brasileira Pela Integração dos Povos)

A política externa brasileira deve se mover pela premissa de que a integração não é importante somente por motivações geopolíticas ou de ganhos de escala em seu poder de barganha no sistema internacional.'



capitalista, nos anos recentes inicia-se uma tentativa de concertação mais ampla, envolvendo aspectos político-institucionais (criação do Parlamento do Mercosul, Instituto Social, Observatório da Democracia), de redução das assimetrias (Fundo de Convergência Estrutural), bem como de inclusão de novos membros (como a Venezuela e a perspectiva de a Bolívia também se tornar membro pleno) que podem contribuir para alterar a agenda de prioridades do bloco.

Não há dúvida de que o investimento da atual política externa brasileira na América do Sul se dá neste ambiente que é muito distinto daquele dos anos 90. Há um contexto comum em vários países da região de revisão das privatizações e das teses em geral do chamado Consenso de Washington, ao mesmo tempo em que há uma reconstrução do debate acerca do papel do Estado como indutor de políticas. Não há dúvida também de que ainda há muitas discordâncias entre movimentos sociais e os governos identificados com eles na região sobre as políticas de desenvolvimento a serem adotadas. Mas há consenso em torno do fato de que a dinâmica política existente hoje na região tem um forte componente contra-hegemônico, e que o Brasil tem um papel chave na condução desta dinâmica.

O Brasil, portanto, vê em seu papel no G20 uma forma de se legitimar como ator político relevante no sistema global, sendo esta coalizão uma ferramenta central de fomento das relações Sul-Sul a partir de interesses econômicos comuns. Esta busca de legitimação explica, inclusive, a insistência do Brasil em querer destravar a Rodada de Doha a qualquer custo, quando todos os sinais apontam para obstáculos praticamente intransponíveis.

Outra alteração de eixo se fez sentir na América do Sul. Somado à eleição de diversos governos identificados com as frustrações sociais com o receituário neoliberal, o Brasil passou a fazer movimentos novos no sentido de dar um caráter mais político à dinâmica da integração regional. Se antes o Mercosul era visto como mais uma peça na engrenagem da globalização



Ilha Margarita (Venezuela) - Os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, Hugo Chávez (Venezuela) e Evo Morales (Bolívia) conversam durante encontro da Cúpula Energética da Comunidade Sul-Americana de Nações

Foto: Ricardo Stuckert/ABR

No entanto, não está claro quais são os interesses que movem o país no debate sobre integração. Ou melhor, esses interesses são múltiplos, incluindo-se os das grandes empresas de construção civil que desejam ganhar licitações de grandes obras de integração de infraestrutura; das empresas do setor energético que desejam acordos para investir mais “livremente” em países vizinhos; das indústrias que desejam aumentar os fluxos de comércio e investimentos diminuindo custos; dos legítimos interesses de trabalhadores, migrantes, pequenos e médios produtores que desejam estreitar laços econômicos e culturais; de movimentos sociais, ambientalistas, de mulheres, de camponeses e indígenas que desejam criar políticas públicas comuns que garantam direitos e regulem o acesso e uso de nossos bens comuns.

A política externa brasileira deve se mover pela premissa de que a integração não é importante somente por motivações geopolíticas ou de ganhos de escala em seu poder de barganha no sistema internacional. A integração regional é crucial porque é através dela que o Brasil e a região podem caminhar para uma inserção de novo tipo no sistema global. Ao invés de um lugar subordinado na divisão internacional do trabalho, de exportadores de biodiversidade e de recursos naturais, de commodities e de produtos com uso intensivo de energia e de mão-de-obra barata, a região pode e

deve construir as bases de um projeto regional de desenvolvimento, fundado na cooperação entre as áreas tecnológica, energética, de infraestrutura, política, social, ambiental, cultural e econômico-comercial; com complementariedades entre ecossistemas e cadeias produtivas; em políticas públicas comuns que combatam as desigualdades e as injustiças sócio-ambientais; em economias e estruturas produtivas voltadas para dentro da região, ao invés de se dirigirem aos países centrais, de forma a ampliar os mercados internos da região.

É aí que reside o nó da questão. Uma integração regional que aponte para um modelo de desenvolvimento democrático e sustentável, de natureza regional, requer, por exemplo, políticas industriais comuns e estas necessitam de tarifas e outros mecanismos de defesa, ao passo que a atual política externa investe na drástica redução de tarifas no âmbito multilateral da OMC. Uma integração de novo tipo visa alcançar a segurança e a soberania alimentar, e para tal é preciso apoio, estímulo e defesa da agricultura familiar e camponesa, enquanto as negociações lideradas pelo Brasil (junto com EUA, UE e Índia) na OMC visam a crescente liberalização do comércio agrícola, favorecendo a grande agricultura comercial voltada para a exportação, articulada às grandes empresas transnacionais, baseada em monoculturas e na concentração fundiária. Para ser viável, esta integração precisa estabelecer preferências dentro da região, ao invés de perseguir a fórmula da OMC de liberalização progressiva. A política externa brasileira, portanto, em algum momento, deverá ter que optar sobre qual o caminho no qual de fato investirá suas energias. Não há dúvida de que este caminho será decidido no plano doméstico, ou seja, na disputa entre distintas forças sociais e seus respectivos projetos de país.



Foto: Marcello Casal Jr/ABR

Brasília - Integrantes de entidades ligadas ao Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA) e da Pastoral da Juventude Rural (PJR) em protesto contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), em frente ao Ministério da Agricultura



## 02

## MODELO DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

## 2.1) A POLÍTICA POR TRÁS DA LUTA POR TERRA NO BRASIL

O MODELO DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO, BASEADO NOS MOLDES TRADICIONAIS, NÃO É DEMOCRÁTICO NEM SUSTENTÁVEL, NEM TEM SIDO CAPAZ DE COMBATER A ENORME CONCENTRAÇÃO DE RENDA NO PAÍS. PIOR, ACABA POR REPRODUZIR A SITUAÇÃO DE POBREZA EM QUE VIVE A MAIORIA DA POPULAÇÃO. ALÉM DISSO, SEUS IMPACTOS AMBIENTAIS TÊM SIDO DESASTROSOS.

POR ISSO, É URGENTE QUE SE PENSE UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DE LONGO PRAZO PARA O BRASIL. ESTA NOVA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO, NO ENTANTO, NÃO PODE TRATAR DAS QUESTÕES AMBIENTAIS EM SEPARADO, DESCONECTADAS DAS SOCIAIS, ECONÔMICAS, POLÍTICAS E CULTURAIS. “O ENFRENTAMENTO DAS QUESTÕES AMBIENTAIS PASSA PELA MUDANÇA DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO E DOS PADRÕES DE CONSUMO”, SEGUNDO DEFINIÇÃO DO PROJETO BRASIL SUSTENTÁVEL E DEMOCRÁTICO DA FASE.

É NECESSÁRIA UMA NOVA VISÃO SOBRE UM DESAFIO ANTIGO: REPENSAR A NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO, POR MUITO TEMPO IDENTIFICADO AO PROGRESSO ECONÔMICO, QUE EXTRAPOLE O DOMÍNIO DA ECONOMIA ATRAVÉS DA SUA INTEGRAÇÃO COM AS DIMENSÕES SOCIAL, AMBIENTAL E INSTITUCIONAL, E QUE APÓIE-SE EM NOVOS PARADIGMAS.

PARA AJUDAR NESSA DISCUSSÃO, A ANTROPÓLOGA MARIA EMÍLIA LISBOA PACHECO, TAMBÉM DIRETORA DA FASE, DÁ SUA VISÃO SOBRE TEMAS CRUCIAIS COMO A QUESTÃO DA TERRA, DO TERRITÓRIO, DA REFORMA AGRÁRIA E DA SOBERANIA ALIMENTAR, QUE ESTÃO NA BASE DA DISCUSSÃO SOBRE UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO PARA O BRASIL

O termo desenvolvimento sustentável surgiu em 1980 e foi consagrado em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Comissão Brundtland: “Desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações futuras... é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.”

## A CONTEMPORANEIDADE E OS NOVOS SENTIDOS POLÍTICOS DA LUTA POR TERRA E TERRITÓRIO

Maria Emília Lisboa Pacheco <sup>6</sup>

NO PERÍODO DE 27 ANOS QUE DIVIDE A REALIZAÇÃO DA PRIMEIRA CONFERÊNCIA MUNDIAL DA REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO, EM 1979, E A CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL (CIRADR), EM 2006, MUITAS MUDANÇAS OCORRERAM NO MUNDO. ESTAMOS VIVENDO TEMPOS DE GRANDES TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO COM OS CHAMADOS AJUSTES ESTRUTURAIS IMPOSTOS AOS PAÍSES PELAS AGÊNCIAS MULTILATERAIS.

As grandes potências comerciais passaram a utilizar a Organização Mundial do Comércio (OMC) para promover e consolidar nas mãos das empresas transnacionais o controle de atividades econômicas e sociais em esferas que transcendem o comércio, como prestação de serviços, agricultura e meio ambiente.

Ocorreram simultaneamente profundas transformações na agricultura e nos campos da ciência e tecnologia que lhe dão suporte. As grandes corporações, de áreas como a farmacêutica e a química, passaram a ter uma importância enorme na definição dos rumos dos sistemas de produção e da alimentação no mundo.

Nas últimas quatro décadas passamos da chamada Revolução Verde, baseada no uso intensivo de insumos químicos, mecanização pesada, para a chamada Biorrevolução. As mesmas corporações farmacêuticas, agroquímicas e de petróleo que monopolizaram o mercado de fertilizantes e agrotóxicos no caminho aberto pela Revolução Verde, nos anos 1950 e 1960, transformaram a produção de sementes em um grande negócio nos anos 1970.

Esse caminho vem resultando na consolidação e controle da cadeia alimentar por um grupo cada vez mais reduzido de empresas agroindustriais transnacionais. Nesse período entre as duas conferências, o poder das corporações no mundo cresceu de forma assustadora. O número de transnacionais que domina o mercado de sementes no mundo hoje, por exemplo, não passa de dez.

Ainda no século XX essas mesmas corporações passaram a investir no controle sobre os processos biológicos e na matéria-prima da vida, com a criação de produtos homogêneos manipulados geneticamente, os transgênicos.

Nesse contexto de uma crescente mercantilização e privatização de todos os bens da natureza, a reforma agrária passou a ser encarada como algo do passado. Os governos deixaram de assumir a tarefa de mantê-la na agenda, à exceção de poucos. Predominou nos últimos tempos a chamada reforma agrária de mercado. As agências multilaterais passaram a ter interesse em financiar esses programas. No caso brasileiro, as propostas do Banco Mundial concretizaram-se inicialmente no programa piloto Cédula da Terra, e depois ganharam o estatuto de Banco da Terra. Em vários países essas propostas ganharam um grande fôlego.

### RECONHECIMENTO DE DIREITOS COLETIVOS CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA VIDA

A importância da realização da Conferência Internacional nesse momento da história é que ela trouxe à tona o debate da contemporaneidade da reforma agrária. Mostrou a capacidade política dos movimentos sociais de manterem viva a luta pela reforma agrária como proposta de política de mudanças estruturais no campo.

Mas, seus objetivos definidos no documento convocatório da FAO tinham caráter bem modesto, condicionando, de certa forma, os marcos do debate. Na sua formulação, falava-se de promover o entendimento, aprendizado e diálogo por meio da criação de uma plataforma duradoura de monitoramento e avaliação das melhores políticas e práticas. Falava-se também de compartilhar experiências, promover reconhecimento e ações concretas para ampliar a cooperação internacional.

6- Maria Emília Lisboa Pacheco é antropóloga, diretora da FASE - Solidariedade e Educação. Este artigo, revisto para esta publicação, foi originalmente divulgado, sob forma de entrevista na Revista PROPOSTA: Terra, Reforma Agrária e Direitos Territoriais, FASE, Dez/Mai 2005, Ano 29, nº 107/108, Rio de Janeiro.

Na declaração final dessa conferência não foi dado, a meu ver, o peso devido para as responsabilidades do Estado em relação à questão agrária, à distribuição da terra, à gestão do meio ambiente. Ela foi bastante tímida. Sequer reportava-se a uma das definições que havia em 1979, quando saiu uma declaração muito mais completa e que continha um plano de ação. Lá, uma das estratégias defendidas dentro do programa era o limite de tamanho de propriedade.

A conferência também não incluiu os temas centrais que estão no coração do embate das transformações a que me referi inicialmente. É verdade que é fundamental tratar das políticas e práticas para assegurar o melhor acesso à terra, como constou da pauta. Mas é uma visão muito restrita falar apenas de terra sem incluir também o conceito de direitos territoriais.

Um outro ponto de pauta falava da capacitação para melhorar o acesso à terra, oferta da água e serviços agrários. Mas estas indicações continuam restritas ao acesso à terra e aos recursos de suporte da produção como crédito, que são fundamentais mas não suficientes. Embora constasse do diagnóstico “*que conflitos baseados na posse de recursos têm sido uma causa importante de tensões sociais, instabilidade política e degradação ambiental ao longo do tempo em várias partes do mundo*”, não foram incluídos os temas sobre as sementes e os recursos genéticos.

Falar de território não é falar da terra apenas como lugar da produção. Ele não se reduz àquela expressão capitalista restrita de recurso produtivo. É espaço de acesso e uso social da biodiversidade e onde se constroem identidades sociopolíticas e culturais. Precisamos disseminar a visão na sociedade que a megadiversidade dos nossos países existe porque lá estão populações que historicamente conservam a biodiversidade. O território é condição de existência, de sobrevivência física para as populações que compartilham da mesma origem e elaboram uma unidade. É espaço de produção, de relação com a natureza e um lugar também de simbologia, incluindo o sentido sagrado da terra para várias populações.

Na Constituição Brasileira de 1988, como resultado de embates entre forças sociais, prevaleceu o reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas com a noção de “*terras tradicionalmente ocupadas como aquelas ocupadas e habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo os seus usos, costumes e tradições*”<sup>7</sup>:

Esta noção também está contida na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. E o Brasil é signatário desta Convenção desde 2002. Um dos seus artigos (art.16) garante a possibilidade de reapropriação das terras que tenham sido usurpadas. No Brasil, há situações como essa, por exemplo, no Espírito Santo, onde os Tupiniquins e Guaranis estão reivindicando terras que foram apropriadas pela Aracruz.

A Constituição reconheceu também, em seu artigo 68, uma nova modalidade de apropriação formal de terras para as comunidades quilombolas<sup>8</sup>.

Este debate traz à luz a geração de direitos coletivos. A noção de distribuição da terra individualmente não dá conta do que é necessário para garantir direitos às populações. E esta realidade não se aplica somente às populações indígenas.

São vários segmentos do campesinato que, ao lutar pela preservação de seus sistemas de produção e seus modos de vida, têm na base de sua luta a defesa dos direitos territoriais. Em vários biomas do Brasil, o sistema agrícola combina uma área da família para cultivo e uma área comum para o criatório e extrativismo. Isso informa o debate sobre o direito ao território.

Se olharmos as reivindicações tanto do Congresso dos Extrativistas da Amazônia como aquelas contidas na Carta de Porteirinha dos movimentos sociais do Cerrado de Minas Gerais, vamos ver que há pontos de encontro e bases para uma plataforma de luta inter-regiões. Ao falar da defesa de seus direitos, os geraizeiros, em Minas Gerais, estão criando um sistema de alianças com quilombolas e indígenas, no sentido de fazer garantir que aquelas áreas que foram apropriadas pela monocultura sejam convertidas em áreas com sistema de produção diversificada, e de acordo com as características históricas que essas populações aplicam na sua vida e na defesa de seus bens, assim como tradicionalmente vivem os agroextrativistas da Amazônia.

A emergência de propostas no âmbito das políticas públicas, de que é exemplo o recente decreto<sup>9</sup> que institui de a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais é uma importante conquista. Vários segmentos da sociedade são definidos como

No Brasil, há situações como essa, por exemplo, no Espírito Santo, onde os Tupiniquins e Guaranis estão reivindicando terras que foram apropriadas pela Aracruz.<sup>9</sup>



Brasília - O cacique Tupinikim Jaguaretê, do Espírito Santo, denuncia descaso do governo com a demarcação de terras ocupadas pela Aracruz Celulose.

Foto: Valter Campanato/ABR

7- Cf. art. 231 da Constituição Brasileira de 1988

8- Para uma interessante análise sobre a instituição das terras tradicionalmente ocupadas, ver o artigo Quilombolas, Quebradeiras de Coco Babaçu, Indígenas, Ciganos, Faxinalenses e Ribeirinhos: movimentos sociais e a nova tradição” do antropólogo Alfredo W.Berno de Almeida, in Revista PROPOSTA, idem.



**A proibição do ato milenar de troca de sementes entre os camponeses é outro grande ponto de preocupação dentro do tema dos transgênicos, uma vez que esta atividade fica ameaçada pelo sistema de cobrança de royalties das empresas.**

e dos recursos genéticos. Aderiram à luta contra o patenteamento de sementes, os transgênicos e a tecnologia chamada Terminator, que cria as sementes estéreis.

Mas quero associar o conceito de defesa do território à maneira como vai se construindo a contra-hegemonia à visão dominante da economia baseada na informação, que é a luta dos povos tradicionais pelo reconhecimento dos seus saberes.

*“grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.* Extrativistas, seringueiros, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, vazanteiros, geraizeiros, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, pescadores artesanais, caiçaras, ciganos, pomeranos, sertanejos, dentre outros, passam a ser reconhecidos juntamente com os povos indígenas e quilombolas como expressão do processo social de afirmação étnico-cultural e de defesa de seus meios de vida.

Vários movimentos sociais estão simultaneamente defendendo o acesso à terra, a manutenção de seu território, e a gestão sustentável da biodiversidade. Insurgem-se contra a privatização dos recursos naturais, das sementes

As populações tradicionais não estão na periferia da economia mundial. Elas estão no centro. A antropóloga Manuela Carneiro e o antropólogo Mauro Almeida, afirmam que até recentemente as sociedades indígenas, para obter renda monetária, forneciam as mercadorias de primeira geração, matérias primas como castanha e borracha. Depois, é como se eles tivessem pulado a segunda geração, que é a da manufatura visando a agregação de valor. E chegam à atual geração da economia da informação, que é o valor agregado ao conhecimento dessas populações sobre os bens da natureza<sup>10</sup>. Isso é o que importa hoje para as grandes corporações.

No Brasil acontecem as duas coisas simultaneamente, porque aqui há, com estímulo das políticas públicas, o açambarcamento de terras para expansão das monoculturas, e com isso a expulsão do campo. E, ao mesmo tempo, a nova economia coloca em risco a biodiversidade e o direito desses povos.

Celeremente, o Brasil se adaptou às exigências internacionais do patenteamento. Na década de 70, nós saímos da Lei de Patentes para a Lei de Cultivares e já os transgênicos liberados. Mas essa questão do conhecimento passou a figurar na pauta central das reuniões dos indígenas, opondo-se à Organização Mundial de Propriedade Intelectual e ao TRIPS (Aspectos Comerciais dos Direitos de Propriedade Intelectual). Esta é uma luta também internacional.

Dizer que as populações tradicionais estão no centro e não na periferia é uma novidade em relação ao que está internalizado no senso comum da sociedade. São novos sujeitos políticos que defendem novos direitos e novos princípios.

Na contracorrente da mercantilização da vida, da simplificação e da visão restrita sobre ciência, os movimentos sociais contrapõem a defesa de outros princípios. O princípio da precaução na luta contra os transgênicos é um exemplo. Enquanto não houver uma comprovação de que não existe consequência para o meio ambiente e para a saúde humana, não há como liberar esses produtos, pela ameaça que eles representam.

A proibição do ato milenar de troca de sementes entre os camponeses é outro grande ponto de preocupação dentro do tema dos transgênicos, uma vez que esta atividade fica ameaçada pelo sistema de cobrança de royalties das empresas.

Outro princípio que vem associado nessas novas pautas é o *princípio do consentimento prévio e informado*. Em fevereiro de 2006, representantes de indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais no Brasil tiraram algumas diretrizes para a 8ª Conferência das Partes da Convenção da Convenção Biológica (COP-8). Diziam o seguinte: *“reivindicamos o reconhecimento e a valorização dos nossos*



*conhecimentos tradicionais como ciência, e repudiamos sua exploração, expropriação e mercantilização em desacordo com os princípios do consentimento livre, prévio e informado, e da justa e equitativa repartição de benefícios, e declaramos que nossos saberes tradicionais são intrínsecos a cada povo indígena, quilombola e comunidade tradicional, e sob nenhuma hipótese serão considerados bens de domínio público, ainda que disponibilizados em contextos tradicionais como bancos de dados”.*

A expropriação destes saberes faz parte da história. No período colonial, nós assistimos isso no Brasil e em todos os países colonizados do mundo. A diferença é que exatamente quando passaram a existir essas formas de apropriação privada e de mercantilização desses bens e a discussão sobre direitos da propriedade intelectual como direito das corporações, inicia-se a discussão sobre a biodiversidade como um bem público. E, se considerado assim, os Estados têm direito a se apropriarem também de acordo com suas determinações políticas.

O que os indígenas estão dizendo é que a soberania tem que ser garantida pela autodeterminação desses povos. Essa é uma das dimensões atuais da luta por direitos coletivos. Associado à luta do direito territorial, está o reconhecimento da autodeterminação desses povos. Porque só assim é possível assegurar a visão de que esses bens são da humanidade, não passíveis de apropriação privada. Com isso, eles dizem ainda que a ciência tem que ser vista também a partir dos saberes tradicionais.

### SOBERANIA ALIMENTAR E REFORMA AGRÁRIA

O mesmo princípio se aplica à soberania alimentar, que passou a representar um campo que articula várias outras lutas. Defender a soberania alimentar é fundamental para entender o sentido da defesa da terra e dos territórios.

Esse conceito foi cunhado em 1996, por ocasião da Cúpula da Alimentação. Naquele momento, movimentos ligados à Via Campesina internacional entenderam que os marcos do debate oficial da ONU estavam assentados no conceito de segurança alimentar, ou seja, na garantia do alimento a quem precisa. E a visão da soberania alimentar é muito mais ampla. Significa que os governos precisam assegurar o direito de estabelecer suas políticas agrárias e agrícolas e que o alimento a ser garantido deve ser de qualidade, sadio, livre de transgênicos e de agrotóxicos. Ao mesmo tempo, é necessário garantir a reprodução da diversidade dos sistemas de produção de alimentos no mundo. E aí se inclui o direito à biodiversidade.

A visão de soberania alimentar se insurge contra o oligopólio da produção de alimentos no mundo hoje. Se antes nós dizíamos que havia concentração na produção agroindustrial, temos que ver que hoje há concentração no consumo também. São poucas cadeias de supermercado que controlam a venda e o sistema agroalimentar é cada vez mais oligopolizado em todos os seus momentos.

O conceito de soberania alimentar reforça a visão mais ampliada da reforma agrária, porque ela envolve a noção do uso social e preservação da biodiversidade, defende o alimento de qualidade, e incorpora a visão de que é preciso dar mais ênfase aos mercados locais. Em resumo, está na contracorrente da política hegemônica internacional, que é de ter os mercados sustentados pelas grandes empresas transnacionais.

No intervalo entre as duas conferências da FAO, os chamados dos grandes encontros dos movimentos antiglobalização revelam que a luta pela soberania alimentar está indissociada da luta pela reforma agrária e pelos direitos territoriais. O fórum paralelo durante a Conferência Internacional de Reforma Agrária, teve o título de “Terra, Território e Dignidade”. Um outro título bem significativo de uma declaração de movimentos internacionais é esse: “A Terra, a Água, os Recursos Genéticos e a Biodiversidade são Patrimônio dos Povos”. O encontro internacional sobre reforma agrária que ocorreu em 2004, em Valência, na Espanha, onde estavam movimentos sociais de todo o mundo, recebeu o nome de “A Reforma Agrária e os Recursos Naturais: Uma Exigência dos Povos”. Quero dizer, com esses exemplos, que, se examinarmos detidamente essas plataformas, vamos ver o quanto elas estão ampliando o sentido da luta pela reforma agrária e tornando indissociáveis os sentidos da terra, território, biodiversidade.

**O conceito de soberania alimentar reforça a visão mais ampliada da reforma agrária, porque ela envolve a noção do uso social e preservação da biodiversidade, defende o alimento de qualidade, e incorpora a visão de que é preciso dar mais ênfase aos mercados locais.’**

Novos sentidos políticos para a luta por terra e território tem sido também produzidos pelas mulheres. Assim como o movimento ecologista chamou atenção na leitura crítica da economia sobre a externalidade do meio ambiente, as mulheres questionam a visão tradicional da economia que considera como externalidade o trabalho da reprodução humana. A economia convencional desconhece conceitos de limites naturais, de capacidade de suporte dos ecossistemas e de equilíbrio ecológico. Desconsidera também o contexto ecológico-social e as dimensões não quantitativas dos processos produtivos. Sabemos dos efeitos ambientais provocados pela chamada Revolução Verde – contaminação dos alimentos e da água; erosão genética; uso de energia esgotáveis dos combustíveis fósseis. A esses efeitos que não são medidos pelo mercado, os economistas dão o nome de “externalidades”.

Foi histórico, a meu ver, o Brasil ter recebido a Conferência Internacional de Reforma Agrária e no mesmo período a COP-8. O desafio que temos é aprofundar uma leitura do sentido político do que foi produzido pelos movimentos sociais, não só do ponto de vista da resistência, mas também da formulação de alternativas.

Também para a economia dominante a sustentabilidade da vida humana usualmente tem sido considerada como uma “externalidade” do sistema econômico. A centralidade da produção mercantil como objetivo econômico básico e a cultura masculina do trabalho têm contribuído para obscurecer a relevância dos processos de sustentabilidade social e humana em grande parte realizada pelas mulheres, e compreender suas conexões com a produção capitalista. Os diferentes espaços, trabalho e atividades são hierarquizados socialmente e não têm o mesmo significado. No campo, as mulheres continuam lutando para serem reconhecidas como trabalhadoras.

Para os movimentos do campo, a releitura feminista do trabalho e da economia aporta novos sentidos para plataformas políticas de outros movimentos. Do ponto de vista da luta pela terra, ainda que com muita demora, há uma conquista, que é o direito da titulação da terra em nome do casal. As mulheres ficaram alijadas desse direito por muito tempo. A titulação era em nome dos homens. Provavelmente daqui há alguns anos, teremos uma mudança nas estatísticas de titulação de terra em nome de mulheres, até então reduzida a 12%.

A luta pelos direitos coletivos tem colocado para as mulheres outros desafios e possibilidades de conquista, porque em vários biomas há contextos em que não se trata de ter o acesso individual a terra, mas de garantir os direitos de acesso e controle dos recursos naturais.



Foto: Valter Campanato/ABR

Antonio João (MS) - Casa de agricultores no assentamento do MST. Famílias conseguiram lote mas enfrentam dificuldades para plantar. Falta dinheiro para sementes, adubo e cercas. Pequenos produtores esperam que novos eleitos dêem mais atenção aos pequenos agricultores.

## 2.2) A SOJA E AS MULHERES DO CAMPO

DESCOBERTA HÁ 5 MIL ANOS, NA CHINA, A SOJA SOMENTE COMEÇOU A SER PLANTADA NO BRASIL EM 1914. QUARENTA ANOS ATRÁS, A COLHEITA DO GRÃO NO PAÍS NÃO CHEGAVA AS 240 MIL TONELADAS. NO ANO PASSADO, FORAM QUASE 60 MILHÕES DE TONELADAS.

HOJE, O BRASIL É O SEGUNDO MAIOR PRODUTOR DE SOJA DO MUNDO, FICANDO ATRÁS APENAS DOS EUA. REPRESENTANDO CERCA DE 25% DE TUDO QUE É EXPORTADO PELO BRASIL, O GRÃO, MENINA DOS OLHOS DA ECONOMIA AGROEXPORTADORA BRASILEIRA, NO ENTANTO, É RESPONSÁVEL POR PREJUÍZOS SOCIOAMBIENTAIS ALARMANTES.

O MAIOR IMPACTO DA SOJA HOJE, OU ATÉ HOJE, TEM SIDO A CONVERSÃO DE ÁREAS DE ECOSISTEMAS RICOS EM BIODIVERSIDADE EM CAMPOS DE UMA MONOCULTURA QUE VISA O GANHO ECONÔMICO IMEDIATO SEM QUALQUER ANÁLISE DE IMPORTÂNCIA DESSAS ÁREAS QUE ESTÃO SENDO PERDIDAS, TANTO DE FLORESTA COMO DE CERRADO. ALÉM DISSO, O GRÃO, PARTICULARMENTE NA AMAZÔNIA, TEM SIGNIFICADO DEVASTAÇÃO, POLUIÇÃO DE RIOS, DEGRADAÇÃO DA TERRA E CONTAMINAÇÃO POR AGROTÓXICOS.

OS IMPACTOS SOCIAIS NÃO SÃO MENOS EXTENSOS: A CONTAMINAÇÃO DA PEQUENA PROPRIEDADE AGRÍCOLA ACABA NÃO SÓ POR DIMINUIR A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS BÁSICOS, COMO TAMBÉM POR AUMENTAR OS PREÇOS DESSES PRODUTOS NOS MERCADOS E FEIRAS LOCAIS. COMO CONSEQÜÊNCIA, ALGUNS DOS RESULTADOS IMEDIATOS, ALÉM DA CONTAMINAÇÃO DAS LAVOURAS, SÃO OS CONFLITOS FUNDIÁRIOS, A EXPULSÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES PARA AS PERIFERIAS DAS CIDADES, O DESEMPREGO E A FOME.

CERTAMENTE ESSES IMPACTOS SÃO EXPERIMENTADOS DE MANEIRA DISTINTA AINDA EM TERMOS DE GÊNERO. O ARTIGO DE JULIANNA MALERBA TENTA MOSTRAR UM POUCO COMO ESSE MODELO DE DESENVOLVIMENTO, QUE TEM NA MONOCULTURA DA SOJA UM DOS SEUS CARROS-CHEFE, É ESPECIALMENTE CARO ÀS MULHERES.



## IMPACTOS DOS MONOCULTIVOS DE SOJA SOBRE O TRABALHO E A VIDA DAS MULHERES<sup>11</sup>

Julianna Malerba<sup>12</sup>

O BRASIL É HOJE UM DOS MAIORES PRODUTORES DE GRÃOS, COM UMA PRODUÇÃO DIRECIONADA PARA O MERCADO EXTERNO E DESTAQUE PARA A SOJA. PROPAGADO COMO PROPULSOR DE UM DESENVOLVIMENTO CAPAZ DE GERAR RIQUEZA E RENDA PARA A POPULAÇÃO LOCAL, O PLANTIO EXTENSIVO DA SOJA TEM RECEBIDO INCENTIVO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E OS CAMPOS COM IMENSOS MONOCULTIVOS DESTES GRÃOS JÁ OCUPAVAM, EM 2004, 22 MILHÕES DE HECTARES<sup>13</sup>. A DESPEITO DO DISCURSO OFICIAL SOBRE AS BENEFÍCIAS DA OPÇÃO AGRÍCOLA EXPORTADORA, DADOS OFICIAIS REGISTRAM QUE, ENTRE 1999 E 2001, 5,3 MILHÕES DE PESSOAS ABANDONARAM O CAMPO E 941 MIL ESTABELECIMENTOS RURAIS, 96% DELES COM ÁREA INFERIOR A 100 HECTARES, FORAM FECHADOS<sup>14</sup>, APONTANDO UMA POSSÍVEL RELAÇÃO ENTRE A EXPANSÃO DOS MONOCULTIVOS EM LARGA ESCALA E A EVASÃO NO CAMPO.

A FASE, com apoio de organizações locais, vem se dedicando à produção de informação sobre o complexo de produção da soja e os impactos da sua expansão sobre a sociedade e o meio ambiente, a fim de contribuir para o debate público sobre o agronegócio e para o fortalecimento

da atuação dos movimentos que lutam pela garantia dos direitos das populações atingidas pelos monocultivos. As análises elaboradas nessas notas têm como referência os estudos desenvolvidos nos Estados do Mato Grosso, Tocantins e Pará, regiões que representam as áreas de expansão das plantações deste grão no país.

Os estudos demonstram que o predomínio da produção da soja vem impondo obstáculos ao desenvolvimento de outros sistemas de produção, especialmente aqueles mais diversificados. Apesar de intensivo em capital e em recursos naturais, o plantio do grão tem gerado, nos municípios analisados, poucos postos de trabalho<sup>15</sup> e uma enorme concentração fundiária<sup>16</sup>.

As análises realizadas pelos pesquisadores demonstram que o complexo de produção da soja, que compreende não apenas os imensos campos de cultivo, mas os silos e galpões de estoque de agrotóxicos, plantas de esmagamento, processamento e laboratórios de experimentação, portos, estradas e ferrovias para o escoamento da produção, vem, claramente, reorganizando os territórios onde se instala.

Na busca pela competitividade agrícola, são desenvolvidas, graças aos investimentos do Estado, redes de comunicação e transporte locais e regionais. A cooperação entre grandes empresas das cadeias produtivas e de distribuição torna-se condição para adaptar-se às necessidades de informatização da produção, acesso à informação técnica e financeira e obediência às normas internacionais de qualidade. Esse quadro propicia o surgimento de empresas de consultoria especializadas em produção, logística, etc. Aos poucos, vão se construindo, ao longo do território, enclaves de modernização completamente alienados do entorno e um novo perfil de trabalho no campo<sup>17</sup>.

É assim que o padrão tecnológico e os processos produtivos altamente mecanizados promovem, portanto, uma substituição dos trabalhadores<sup>18</sup>, resultando em uma enorme polarização social, com a formação de um pequeno grupo de pessoas altamente qualificadas e uma grande massa de desempregados que migraram para as cidades por terem sido expulsos de suas terras ou que chegaram de outras regiões atraídos por promessas de emprego.

As pesquisas também revelam que, com o aumento da área dos monocultivos, os/as agricultores/as familiares que inicialmente resistem em vender suas terras vão ficando isolados/as e expostos à contaminação por agrotóxicos aplicados nos campos de soja ao seu redor, de forma que muitos/as, ao final,

11- Este artigo é uma versão editada do texto "Notas para uma reflexão sobre os impactos dos monocultivos de soja sobre o trabalho e a vida das mulheres", disponível para download na página da Rede Brasileira de Justiça Ambiental em [http://www.justicaambiental.org.br/\\_justicaambiental/pagina.php?id=497](http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/pagina.php?id=497)

12- Mestre em Planejamento Urbano e Regional, integrante do Projeto Brasil Sustentável e Democrático/FASE e membro da Rede Brasileira de Justiça Ambiental e da Rede Economia e Feminismo (REF).

13-Dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Confere em Sergio Schlesinger. O grão que cresceu demais.

A soja e seus impactos sobre a sociedade e o meio ambiente. Rio de Janeiro: FASE, 2006, p. 39

14- Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Confere em Lucia Ortiz, Sílvia Noronha e Sergio Schlesinger. Agronegócio e Biocombustíveis: uma mistura explosiva. Impactos da expansão das monoculturas para a produção de bioenergia, Rio de Janeiro: Núcleo Amigos da Terra/Brasil, 2006, p. 5

15-No caso, por exemplo, de Sorriso (MT), verificou-se que o crescimento da área cultivada por soja no município repercutiu negativamente sobre a oferta de trabalho na agricultura, além de ter gerado maior concentração fundiária e de riqueza, já que o crescimento do PIB municipal é inversamente proporcional ao número de pessoas que tem como principal trabalho a agricultura. Confere em Antonio João Castrillon Fernandez. Estudo de caso sobre a soja no Estado do Mato Grosso, Município de Sorriso, FASE, 2006 (mimeo)

16- A realidade de Campos Lindos (TO) e Sorriso (MT), onde já se consolidou o cultivo da soja, é marcada de um lado pelos grandes empresários e de outro por pequenos/as agricultores/as, posseiros e sem terras. Em Sorriso, 80% da área do município cadastrada na base de imóveis rurais do Incra está ocupada pelos grandes produtores, que detêm 40% das propriedades. Já os/as pequenos/as e médios/as, que possuem 60% das propriedades registradas no município, ocupam apenas 20% da área.

17- Ricardo Castillo e Vitor Pires Vencovsky. A soja nos cerrados brasileiros: novas regiões, novos sistemas de movimentos. FASE, 2006 (mimeo)

18- Antonio João Castrillon Fernandes. Op. Cit, 2006, p.40.

não encontram outra opção senão vender suas propriedades e ir para a cidade ou para regiões mais distantes à procura de novas terras.

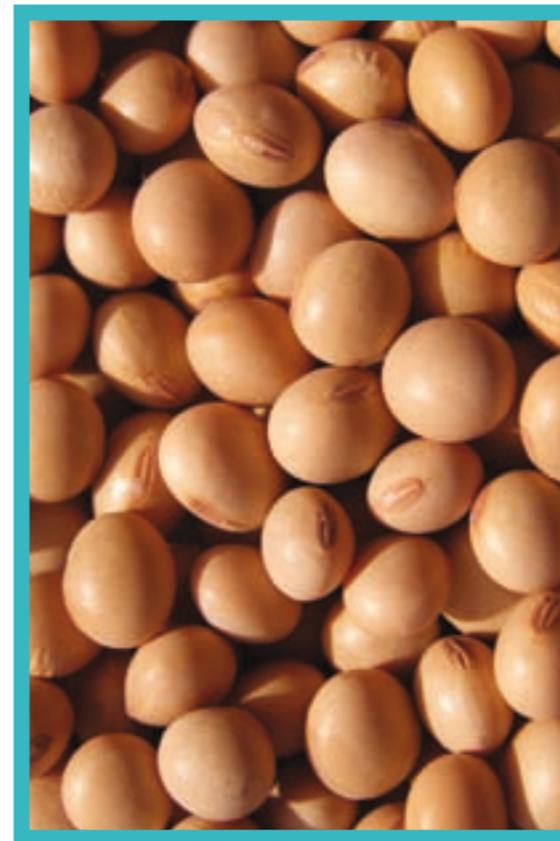
Seguramente, grande parte desses impactos é experimentada e percebida de maneira diferenciada em termos de gênero. A pergunta que orienta a elaboração dessas notas refere-se à maneira como essa nova territorialização imposta pela expansão dos monocultivos em larga escala tem sido sentida pelas mulheres no que se refere aos impactos sobre seu trabalho, considerando que a precariedade de suas condições de vida está diretamente associada à invisibilidade do trabalho que desenvolvem no âmbito doméstico e a marginalidade econômica a que está submetida uma grande parte delas.

#### A PERDA DOS ESPAÇOS DE AUTONOMIA E PODER E AUMENTO DA CARGA DE TRABALHO NO ÂMBITO DOMÉSTICO

Um primeiro elemento para essa reflexão tem a ver com o controle da cadeia produtiva da soja nas mãos das grandes empresas. Além do comércio, as empresas que atuam no complexo produtivo da soja controlam o setor de insumos, financiamento, prestação de assistência técnica e compra da safra. Algumas operam também no desenvolvimento de tecnologias.

No que se refere aos pacotes tecnológicos próprios do processo de “modernização do campo”, é importante lembrar que a política das empresas multinacionais de agroquímicos e sementes tem se orientado no sentido de dominar a produção de alimentos, através da mecanização e da adoção de organismos geneticamente modificados para produção de sementes, e seguida pela comercialização em parceria com as grandes indústrias, tornando o mercado de alimentos mais concentrado e menos diversificado.

Por outro lado, as mulheres produzem, tradicionalmente, alimentos sob uma lógica bastante distinta da busca por produtividade que orienta as empresas produtoras de sementes. Uma parte do movimento feminista tem alertado para o fato de que as tecnologias produtoras de pesticidas, adubos químicos e sementes transgênicas provocam um deslocamento das mulheres para fora da atividade agrícola, uma vez que os agrotóxicos e os transgênicos lhes roubam a função tradicional de coletar, experimentar e produzir novas sementes, contribuindo para o acirramento das desigualdades que histórica e culturalmente elas têm vivido<sup>19</sup>. Essa questão é reforçada pela perda do espaço produtivo e de sociabilidade que vem ocorrendo nas áreas estudadas, em função da desestruturação na vida das comunidades imposta pela expansão dos monocultivos.



Um primeiro elemento para essa reflexão tem a ver com o controle da cadeia produtiva da soja nas mãos das grandes empresas. Além do comércio, as empresas que atuam no complexo produtivo da soja controlam o setor de insumos, financiamento, prestação de assistência técnica e compra da safra. Algumas operam também no desenvolvimento de tecnologias.’

Seja através da expulsão violenta, da valorização do mercado de terras ou do isolamento em torno dos campos de soja, os estudos demonstram que uma parte dos/as pequenos/as e médios/as agricultores/as dessas regiões tem se visto obrigada a vender suas propriedades para os grandes sojicultores. Aqueles/as que permanecem têm de conviver com as conseqüências do esvaziamento de suas comunidades.

Em todos os estudos, há registros de comunidades rurais que vão sendo esvaziadas e outras que desaparecem em virtude do êxodo provocado pela expansão dos plantios<sup>20</sup>. É evidente a situação de insegurança alimentar a que ficam expostas as famílias dessas regiões com a diminuição da produção de culturas temporárias, necessárias a sua dieta básica<sup>21</sup>.

Isso pode ter um impacto ainda mais negativo para a situação nutricional das mulheres, pese o fato de que os padrões culturais, em diversas regiões do país, reproduzem a desigualdade entre os gêneros quando da distribuição do alimento no interior das famílias. Em uma pesquisa realizada em Santarém, constatou-se que era recorrente a distribuição desigual dos alimentos entre homens e mulheres na família, especialmente em situações de maior escassez.

20- A comunidade de Boa Esperança (em Santarém/PA), importante produtora de mandioca, está em processo de desaparecimento. Em Campos Lindo (TO) a diminuição da área de produção agrícola diversificada, em geral realizada nas pequenas e médias propriedades, pode ser constatada através da origem dos alimentos vendidos na cidade: quase todos os produtos comercializados, mesmo frutas e legumes, vêm de fora. Confere em Mariana Castilho e Jose Castro. Do sertão a periferia: a expropriação camponesa pela expansão da soja. O caso da Serra do Centro em Campos Lindos (TO).

FASE, 2006 (mimeo) e Vânia Carvalho. Conflitos Socioambientais, Demandas Sociais e Políticas Públicas: impactos do avanço da soja no Estado do Pará, o caso dos municípios de Santarém e Belterra na Mesorregião do Baixo Amazonas, FASE, 2006 (mimeo)

21- Dados do IBGE apontam que entre 2003 e 2004, período de grande expansão na produção da soja em Santarém (PA), culturas que ocupam um lugar importante no consumo local e que são produzidas principalmente por agricultores/as familiares, como feijão e milho, sofreram uma redução bem acima das perdas em nível regional e nacional. Confere em Vânia Carvalho e Leticia Tura. A expansão do monocultivo da soja em Santarém e Belterra (PA): injustiça ambiental e ameaça a segurança alimentar. FASE, 2006 (mimeo)

“Às mulheres e meninas é atribuída uma menor porção ou são excluídos alguns alimentos considerados mais ‘fortes’ (carne, por exemplo), uma vez que seu trabalho é considerado ‘leve’, exigindo, pois, menor reposição de energia”<sup>22</sup>.

Além da insegurança alimentar, o esvaziamento das comunidades rurais tem como consequência imediata a perda das relações de vizinhança, a diminuição dos serviços públicos, como transporte e escola, por exemplo (já que a redução progressiva no número de pessoas a serem atendidas por esses serviços tende a justificar sua suspensão), e o esvaziamento dos locais de encontro e sociabilidade, como a igreja.

Alguns aspectos desse fenômeno estão também relacionados diretamente às mulheres. De maneira geral, são elas as principais responsáveis pelos processos de socialização (não apenas das crianças, mas da família). Na manutenção dos vínculos de solidariedade e integração social cabe a elas celebrar os laços de parentescos e comunidade através da troca de presentes e favores domésticos<sup>23</sup>.

Podemos supor que, com a perda da terra, perde-se também um espaço importante que compõe o sistema de produção desenvolvido nessas propriedades: os quintais. Alguns autores têm apontado a importância dos quintais como área de produção variada de alimentos (incluindo hortas, árvores frutíferas, ervas medicinais e animais domésticos), de experimentação e conservação de sementes, de complementação da renda e enriquecimento da dieta nutricional das famílias, destacando o papel ativo das mulheres nesse subsistema<sup>24</sup>.



Além da insegurança alimentar, o esvaziamento das comunidades rurais tem como consequência imediata a perda das relações de vizinhança, a diminuição dos serviços públicos, como transporte e escola, por exemplo (já que a redução progressiva no número de pessoas a serem atendidas por esses serviços tende a justificar sua suspensão), e o esvaziamento dos locais de encontro e sociabilidade, como a igreja. ‘

Isso nos sugere que a responsabilidade sobre esse espaço, freqüentemente entendido como extensão da casa, possibilita às mulheres ter algum controle sobre a produção, garantindo não apenas o desenvolvimento de atividades de trocas nos seus espaços de sociabilidade, como lhes propiciando uma certa independência econômica que se dá através da venda, troca e utilização para subsistência do que ali é produzido.

Essa análise nos permite afirmar que a perda dos quintais, assim como a diminuição dos espaços de sociabilidade, pode significar para as mulheres de algumas localidades, não apenas a ausência de parte de seus importantes espaços de poder e decisão, mas também um aumento da sua dependência econômica com relação ao mercado.

A contaminação das propriedades pelos agrotóxicos, aliada à diminuição dos serviços públicos, também pode ter impactos diferenciados sobre a vida e o trabalho das mulheres. Há no estudo feito em Santarém e Belterra (PA) um testemunho que revela que “era insuportável a contaminação das crianças” e que as escolas fechavam nos dias de aplicação dos agrotóxicos visando à proteção dos estudantes. Considerando que, de maneira geral, são as mulheres que cuidam dos doentes e educam as crianças, a contaminação da família, a ausência de serviços públicos que garantam o atendimento médico local ou o deslocamento dos doentes a casas de saúde, junto com a dificuldade para manter os filhos na escola, tendem a sobrecarregar o trabalho desenvolvido pelas mulheres no âmbito doméstico.

#### QUESTÕES A SEREM APROFUNDADAS: MIGRAÇÃO E REORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Frente à reorganização do território operada pela expansão dos monocultivos, outro elemento que poderia ser útil a uma análise das consequências sobre a vida das agricultoras nos municípios estudados diz respeito ao espaço produtivo que passa a ser ocupado pelas mulheres expulsas de suas terras, para o qual temos ainda poucos dados.

22- Maria Emilia Lisboa Pacheco. Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero. Revista Proposta – Desenvolvimento sustentável, ano 25, Dezembro-fevereiro de 1997, n. 71, p.2  
23- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 2.

24- Maria Emilia Lisboa Pacheco. Op. Cit. 1997 e Maria Emilia Lisboa Pacheco Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero. In: Perspectivas de gênero: debates e questões para as ONGs. Recife: Plataforma de contrapartes Novib/SOS Corpo, 2002



Foto: Marcello Casal Jr/ABr

Brasília - Eridinalva Souza Lopes mora na Estrutural (DF) com seis filhos. A família passa o Dia das Mães na igreja para aproveitar o bolo feito pelo pastor.

Para as mulheres que chegam às cidades, expulsas de suas terras e/ou atraídas pela promessa de novas oportunidades, a migração e o assalariamento não necessariamente garantirão independência e autonomia, dado que em uma estrutura social polarizada como são as cidades do entorno da soja, as oportunidades de trabalho para as agricultoras, segundo a indicação dos dados, mantêm-se bastante restrita a empregos de baixa remuneração que reproduzem as atividades tradicionalmente desempenhadas pelas mulheres no âmbito doméstico.

Na pesquisa realizada no Pará, há indicações que uma parte dos/as agricultores/as com menor grau de escolaridade que migra para as cidades, passa a trabalhar como assalariado/a (em diárias) nas grandes propriedades ou em atividades de baixa remuneração como faxineiro, peão de obras, sendo que as mulheres encontram trabalho como empregadas domésticas e cozinheiras<sup>25</sup>.

Com o processo de assalariamento, além da perda do controle sobre seu trabalho, os dados que indicam a obtenção pelas mulheres de postos de trabalho em serviços domésticos nos sugerem que pode haver uma certa “especialização” das suas atividades remuneradas, baseada nas relações sociais de gênero. Reforça essa hipótese a tendência à bipolarização das funções e categorias socioprofissionais, decorrente da reorganização do trabalho operada pelo complexo monocultor da soja que, ao mesmo tempo, cria alguns postos altamente qualificados, mas não oferece oportunidades para o aproveitamento do conhecimento tradicional adquirido no campo pelas mulheres.

Além das que vêm em busca de trabalho nas cidades ou acompanhando seus companheiros, também há que se considerar as mulheres que permanecem em suas cidades quando seus companheiros migram só. Pese o aumento da carga de trabalho e da responsabilidade sobre o sustento de seus lares, seria muito interessante uma análise que relacionasse a vulnerabilidade a que elas ficam expostas no que se refere ao processo de reorganização das relações no campo decorrente da produção monocultora em larga escala.

Ainda com relação ao processo migratório, diversos estudos sobre a implementação de grandes projetos produtivos apontam o aumento da prostituição estimulada pela onda de migração que os acompanha<sup>26</sup>.

É possível que além dessas, muitas outras questões estejam em aberto para serem investigadas. A ausência de informações que permitiriam aprofundá-las em um momento em que se acirram as desigualdades sociais nos territórios nos faz refletir sobre a necessidade de investirmos mais em análises que contribuam com o movimento de mulheres presentes nas lutas sociais no campo, tendo como marco nosso compromisso com o reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos no processo de transformação social.



Foto: Valtter Campanato/ABr

Grupo de mulheres participa de protesto durante Fórum Social Mundial

## 03

## COMPLEXOS DE INFRAESTRUTURA: DESENVOLVIMENTO PARA QUEM?

MEGAPROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA SÃO OUTRO EIXO DETERMINANTE DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO. OS COMPLEXOS DE USINAS NUCLEARES E HIDRELÉTRICAS FAZEM PARTE DESSES PROJETOS E ALARMAM ESPECIALISTAS PREOCUPADOS COM SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS.

## 3.1) COMPLEXO RIO MADEIRA

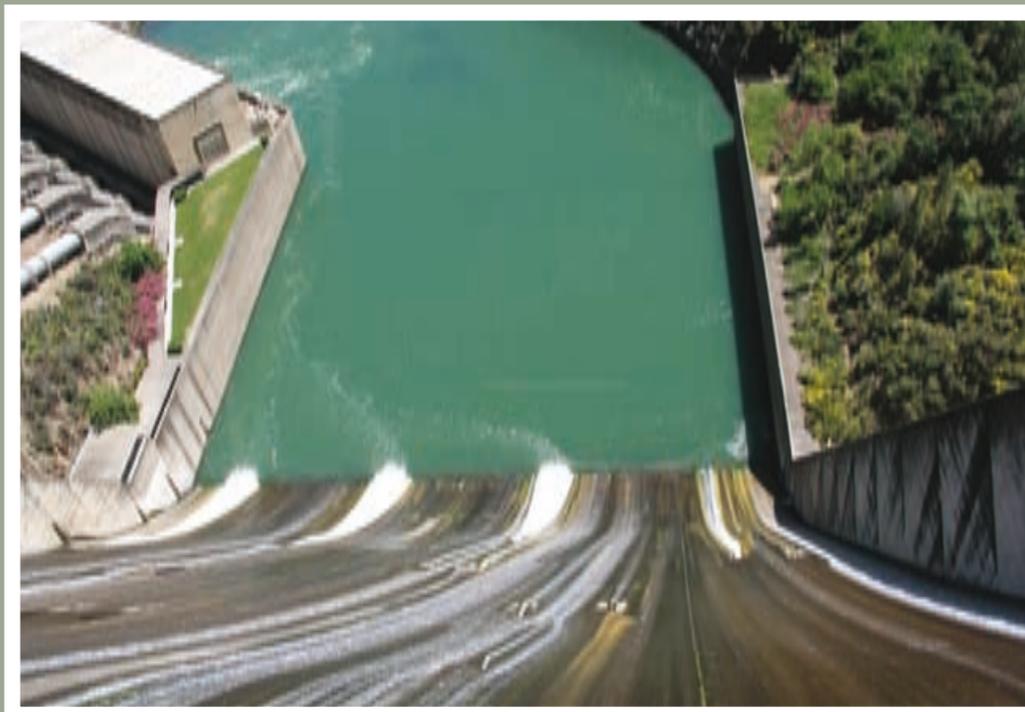
COMO EXEMPLO TEMOS O COMPLEXO DO RIO MADEIRA, COM DUAS HIDRELÉTRICAS, UMA APOSTA ALTA DO GOVERNO QUE PODE EXPANDIR O PROJETO COM UMA HIDROVIA RUMO AO OCEANO PACÍFICO, E QUE REACENDE O DEBATE SOBRE CUSTOS ECONÔMICOS E SOCIOAMBIENTAIS DE EMPREENDIMENTOS DESSE PORTE E SOBRE O MODELO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE DO PAÍS.

APESAR DE NÃO ESTAR EXPLÍCITO NO PROJETO HIDRELÉTRICO NESTE MOMENTO, DESDE SUA CONCEPÇÃO, O COMPLEXO DO RIO MADEIRA PREVIU MUITO MAIS DO QUE A CONSTRUÇÃO DE DUAS USINAS (SANTO ANTÔNIO E JIRAU, NO ESTADO DE RONDÔNIA). COMO PARTE IMPORTANTE DOS PROJETOS DA IIRSA (INICIATIVA PARA A INTEGRAÇÃO REGIONAL DA AMÉRICA DO SUL – UM CONSÓRCIO INTER-ESTADOS QUE PRETENDE IMPLEMENTAR GRANDES OBRAS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO NO CONE SUL), O COMPLEXO PREVIU, DESDE O INÍCIO, A CONSTRUÇÃO DE UMA TERCEIRA USINA BINACIONAL, NA FRONTEIRA BOLIVIANA, E DE OUTRAS DUAS NA PRÓPRIA BOLÍVIA.

O OBJETIVO DESTAS OBRAS VAI ALÉM DA GERAÇÃO DE ENERGIA. ELAS ALMEJAM A POSSIBILIDADE DE UMA GRANDE HIDROVIA PARA LIGAR O EIXO NORTE-SUL DA AMAZÔNIA, CONECTANDO OS RIOS ORINOCO, AMAZONAS E O PLATA.

O IMPACTO, NO ENTANTO, É GRANDE: AS DUAS OBRAS JUNTAS PODERÃO INUNDAR UMA ÁREA DE 217 QUILÔMETROS, ATINGINDO 21 VILAS E COMUNIDADES NAS CERCANIAS DE PORTO VELHO (RO). OUTRA PREOCUPAÇÃO É COM O MERCÚRIO QUE, POR CONTA DAS ATIVIDADES DE GARIMPO, POLUIU O RIO MADEIRA. SEGUNDO ESPECIALISTAS, OBRAS DESSE PORTE, REVOLVERIAM O MATERIAL PESADO, PODENDO CONTAMINAR O LENÇOL FREÁTICO DA REGIÃO.

ARTUR DE SOUZA MORET, PROFESSOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA E ESPECIALISTA EM QUESTÕES LIGADAS AO RIO MADEIRA, NOS DÁ SUA VISÃO SOBRE O ASSUNTO.



**PROJETOS HIDRELÉTRICOS  
NO RIO MADEIRA:  
CONFLITOS SOCIAIS E  
PROBLEMAS AMBIENTAIS**

Artur de Souza Moret<sup>27</sup>

ESTÃO SENDO PLANEJADAS DUAS GRANDES HIDRELÉTRICAS NO RIO MADEIRA: SANTO ANTÔNIO (3580 MW) E JIRAU (3900 MW), COM POTÊNCIA TOTAL INSTALADA DE 7480 MW E COM GANHO DE ENERGIA FIRME DE 4255 MW (56% DO TOTAL) (ESQUEMA 1), E RECURSOS SUBESTIMADOS EM R\$13,3 BILHÕES.

A implantação do sistema chamado de “Aproveitamentos Hidrelétricos” no Rio Madeira, principal formador do rio Amazonas no território brasileiro com área de bacia de 1.420.000 km<sup>2</sup>, não tem apenas a perspectiva da geração elétrica, mas também a extensão da navegação acima da cidade de Porto Velho. Esta se dará através dos rios Orthon, Madre de Diós, Beni, Mamoré e Guaporé, complementando a atual hidrovia existente que vai de Porto Velho até Itacoatiara (AM). A análise do projeto por parte da sociedade civil indica problemas nas seguintes questões: impactos sociais, planejamento, custos, projeções de demanda e da população e a alternativa atual do gás natural.

#### IMPACTOS SOCIAIS

Os principais impactos sociais identificados foram a elevação do preço da terra, a queda no preço dos imóveis da região, a alteração na qualidade de vida da população, desestruturação social e política, o comprometimento das comunidades rurais, intranquilidade da população, além de conflitos de convivência entre população local e migrantes.

27- Artur de Souza Moret é físico, doutor em Planejamento de Sistemas Energéticos, professor da Universidade Federal de Rondônia e membro da ONG Instituto Rio Madeira Vivo

**No entanto, não há previsão de contrapartida para ampliação da infra-estrutura existente na região, nem compromisso para a destinação de postos de trabalho à população local. Tampouco existe projeção para ampliar os serviços de saúde e educação'**

trutura existente na região, nem compromisso para a destinação de postos de trabalho à população local. Tampouco existe projeção para ampliar os serviços de saúde e educação.

Dessa forma, os pontos de maior deficiência do EIA-RIMA consistem numa identificação parcial de impactos urbanísticos e sociais do empreendimento na cidade de Porto Velho, na não-mensuração dos impactos urbanísticos e sociais do empreendimento na cidade de Porto Velho e na adoção de medidas insuficientes para os impactos urbanísticos e sociais identificados. O documento também falha ao não observar que o crescimento populacional vai aumentar a demanda por energia e infraestrutura na região e que será necessário suprir este aumento de demanda, sejam eles financeiros, econômicos, sociais ou ambientais.

## PLANEJAMENTO

Mesmo dentro do governo não há consenso em relação à abrangência das usinas hidrelétricas planejadas, seja para geração de energia, seja para a interligação regional. Destaca-se que há atores políticos regionais bastante preocupados com relação às eclusas, pois elas seriam um vetor potencial para o desflorestamento, o garimpo e a grilagem de terra.

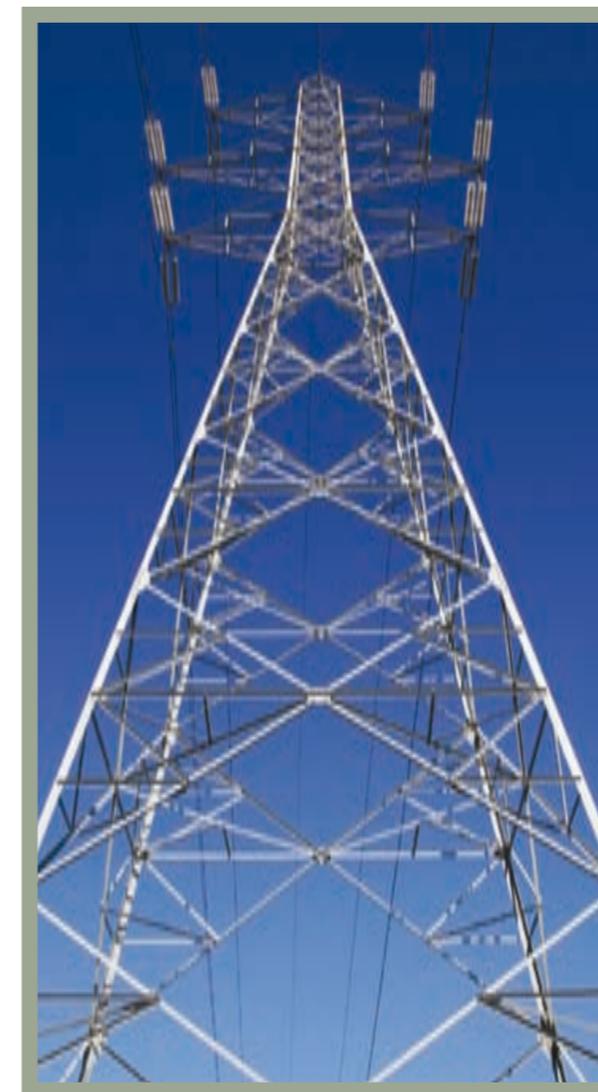
Há uma clara divergência entre os atores (governos regionais e nacional, sociedade civil, empresas e população potencialmente atingida) envolvidos no processo de construção do empreendimento. Só para citar alguns exemplos, o setor elétrico não tem informações seguras a respeito dos empreendimentos propostos; o planejamento que inclui as usinas hidrelétricas do Rio Madeira se constitui num evento recente, visto que essas obras não figuram nos documentos de planificação do governo, exceto no último PDEE (Plano Nacional de Expansão de Energia Elétrica); a própria Eletronorte, há cerca de 23 anos, abandonou os estudos no Madeira, indicando a inviabilidade ambiental.

O EIA/RIMA do megaprojeto destaca que, para tais impactos, serão realizadas algumas atividades como medidas "mitigadoras", sendo elas a informação à população sobre os impactos das obras, que será seguida de realocação e reassentamento das famílias. No entanto, não há previsão de contrapartida para ampliação da infra-estrutura

## CUSTOS

Os custos de instalação constantes nos documentos são subdimensionados e por isso os valores da energia são extremamente (quase três vezes) inferiores àqueles calculados por instituições independentes. Quando calculados em valores mais realistas, a diferença entre as estimativas chega a R\$ 6 bilhões.

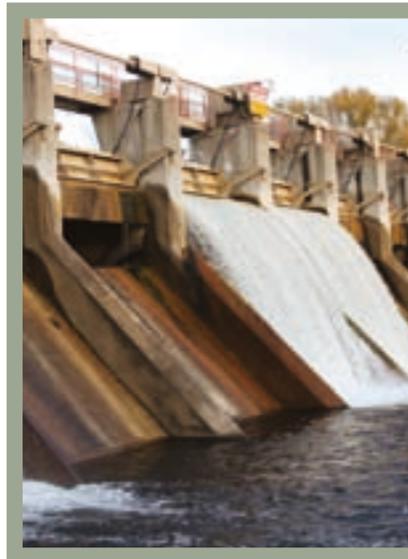
É preciso lembrar ainda que os custos desta energia irão gerar impacto sobre todos os valores cobrados no Brasil como um todo, não só na região amazônica.



Há ainda uma outra questão, que se refere aos custos para atender ao aumento das demandas por infraestrutura e que se constituem num grande problema para os atores públicos, pois os impostos gerados serão muito menores do que as necessidades reais.

## PROJEÇÃO DE DEMANDA DE ENERGIA ELÉTRICA E POPULACIONAL

A projeção do aumento populacional está subdimensionada e não reflete o crescimento da migração decorrente de uma grande obra. Só para se ter uma idéia do cenário, a estimativa do aumento populacional é de 96 mil pessoas para a cidade de Porto Velho. Há previsão de que em 2008 todos os domicílios residenciais serão atendidos com energia elétrica, entretanto com o aumento populacional é provável que haja demanda reprimida no setor residencial.



Outro fator que é preciso levar em conta é a necessidade de incremento na área de distribuição de eletricidade na cidade de Porto Velho. Para este caso específico, a demanda está superestimada, sendo previsto um investimento muito superior ao necessário.

### PERCEPÇÕES FINAIS

Diante do cenário apresentado, é possível perceber que diversas questões foram “esquecidas” tanto no documento atual de planejamento (PDEE 2006-2015), quanto no EIA-RIMA para as usinas hidrelétricas planejadas para o Rio Madeira. Tanto no planejamento energético quanto elétrico foram deixadas de lado as buscas por eficiência energética e por adoção de matrizes energéticas renováveis, a repotencialização das usinas e a geração descentralizada. Estas últimas sendo questões que podem e devem resolver os problemas de oferta de eletricidade no Brasil, sobretudo na Amazônia, que possui demanda reprimida alta e está sendo utilizada como mera exportadora de eletricidade.

Sob o aspecto da perspectiva social, a população amazonense está sendo colocada num plano abstrato, como receptora de futuros benefícios, o que sabemos não ser verdade. O mesmo acontece com a questão ambiental, uma vez que os estudos realizados (EIA/RIMA) não levam em conta a peculiaridade da biodiversidade do Rio Madeira nem foram elaborados de acordo com a legislação ambiental, segundo a qual a abrangência da área de estudo deveria ser toda a bacia hidrográfica da região.

### 3.2) ENERGIA NUCLEAR



ALÉM DAS HIDRELÉTRICAS, A CONSTRUÇÃO DE NOVAS USINAS NUCLEARES PARA A GERAÇÃO DE ENERGIA FAZ PARTE DOS MEGAPROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA PROGRAMADOS PELO GOVERNO E É JUSTIFICADA PELA SUPOSTA NECESSIDADE DE SE ATENDER A UMA DEMANDA CRESCENTE, COM PROJEÇÃO DE DÉFICIT DE ENERGIA. AS USINAS, JUNTAMENTE COM AS HIDRELÉTRICAS, TAMBÉM TÊM SIDO APRESENTADAS COMO ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CONCRETIZAÇÃO EFETIVA DO PAC (PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO).

A PREOCUPAÇÃO MUNDIAL EM BUSCAR FONTES ALTERNATIVAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA EM SUBSTITUIÇÃO ÀS CONVENCIONAIS (CARVÃO, PETRÓLEO, E GÁS) BASEIA-SE NO CARÁTER NÃO RENOVÁVEL DOS COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS, NA TENTATIVA DE DIMINUIÇÃO DA EMISSÃO DE GÁS CARBÔNICO, NO AUMENTO DA DEMANDA POR ENERGIA E NA ESCASSEZ, EM ALGUNS PAÍSES, DE RECURSOS FÓSSEIS E HÍDRICOS. DAÍ O RESULTADO DE O DEBATE PELA UTILIZAÇÃO DA ENERGIA ATÔMICA TER GANHADO NOVO FÔLEGO DE UNS ANOS PARA CÁ.

## MATRIZ DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL

TIPO	QUANTIDADE	POTÊNCIA INSTALADA (kW)	%
Hidráulica		71.390.105	76,30
UHE	151	69.946.298	74,75
PCH	261	1.345.031	1,44
MCH	187	98.776	0,11
Térmica		18.210.206	19,46
UTE	603	16.203.206	17,32
UTN	2	2.007.000	2,14
Outras Renováveis		3.327.639	3,56
BIO	263	3.299.069	3,53
EOL	10	28.550	0,03
SOL	1	20	0,00
Total	1.478	92.319.221	100,00

Fonte: Boletim Informativo da Geração – Aneel, março/2006.

UHE - Usina Hidrelétrica de Energia (> 30.000 KW)

PCH - Pequena Central Hidrelétrica (1.000 KW – 30.000 KW)

MCH - Micro Central Hidrelétrica (< 1.000 KW)

UTE - Usina Termelétrica de Energia (Óleo Combustível, Óleo Diesel, Gás Natural)

UTN - Usina Termonuclear

BIO - Biomassa / EOL - Central Geradora Eolielétrica

SOL - Central Geradora Solar Fotovoltaica

Notas:

- Não estão considerados os dados referentes aos painéis solares instalados em comunidades isoladas pelo PRODEEM, da ordem de 15.000 kWp
- O setor sucro-alcooleiro corresponde à cerca de 70% da geração com biomassa.



A energia nuclear, no entanto, apesar de não colaborar para a emissão de gases que produzem o efeito estufa, precisa lidar com o incômodo problema dos resíduos radioativos. Além disso, entre as alternativas para a geração de energia em larga escala, a opção nuclear é a de maior custo por causa dos investimentos em segurança, do armazenamento de resíduos tóxicos e do descomissionamento (desmontagem definitiva e descontaminação das instalações das usinas que atingem sua vida útil).



ENTREVISTA  
Deputado Edson Duarte<sup>28</sup>

O DEPUTADO EDSON DUARTE (PV-BA)<sup>24</sup>, INTEGRANTE DO GRUPO DE TRABALHO FISCALIZAÇÃO E SEGURANÇA NUCLEAR DA CÂMARA, DEU UMA ENTREVISTA SOBRE A QUESTÃO NUCLEAR NO BRASIL ESPECIALMENTE PARA ESTA PUBLICAÇÃO.

FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL:

**Como o senhor diagnosticaria a questão da energia nuclear hoje no Brasil?**

DEPUTADO EDSON DUARTE:

Do ponto de vista tecnológico há um avanço, a exemplo do domínio do ciclo do combustível, ampliação dos modelos e quantidades de equipamentos nas áreas de saúde indústria, agricultura, etc., mas este suposto avanço da tecnologia nuclear ocorre distante da sociedade brasileira, sem debates e sem transparência, não apresentando razões para escolha, alternativas ou contrapartidas na área de segurança. Na discussão com a sociedade, é preciso mostrar os verdadeiros números e perguntar se nós precisamos da energia nuclear, que preço deveria se pagar em caso de acidentes, além de discutir a montagem de um eficiente mecanismo de controle para as milhares de fontes radioativas espalhadas pelo país. Outro ponto que não poderá ficar fora do debate é a questão bélica nuclear, que volta com intensidade ao cenário político por conta das ameaças e disputas no cenário internacional.

FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL:

**A energia nuclear é uma questão prioritária para este governo?**

DEPUTADO EDSON DUARTE:

Não para o Governo. No mandato anterior e no princípio deste ainda não foi dito o que se espera e o que se pretende de fato fazer. Agora, é verdade que a questão nuclear é prioridade para setores dentro do governo. Estes defendem e chegam até mesmo a anunciar a bomba, novas usinas, conclusão de Angra 3, para serem desmentidos logo depois. O debate dentro do governo é pontual e conflitante.

Se o governo declarar que a questão nuclear é prioritária, o caso é ainda mais grave pois não se estruturou a CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear), que hoje exerce vários papéis (produz e se autolencia, por exemplo), não estruturou a fiscalização (mantida intencionalmente em caráter precário), não definiu os papéis dos órgãos que cuidam do assunto - há um conflito entre CNEN, Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e Anvisa (Agência Nacional de Vigilância sanitária) sobre as suas competências.

FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL:

**Sempre se falou que a energia nuclear era cara, tanto para a construção de usinas, quanto para o consumidor final. Como é essa relação de custos quando comparada com a energia que provém das usinas hidrelétricas?**

DEPUTADO EDSON DUARTE:

A geração de energia elétrica a partir de usina nuclear é muito cara. A construção de uma hidrelétrica para gerar o mesmo montante de energia requer praticamente a metade dos custos. E a energia nuclear só não é vendida mais cara porque é subsidiada pelo governo. Nós pagamos pela energia gerada nas usinas nucleares. Esta energia gerada só não é totalmente inviável porque aspectos de segurança e fiscalização, que seriam fundamentais, são relevados por serem caríssimos. Investe-se em infra-estrutura e não em segurança. É de alto risco a operação e manutenção da usina, e isto representa custos elevados. Armazenar resíduos nucleares, por exemplo, é uma atividade cara e que requer estudos em longo prazo. Em alguns casos o lixo nuclear pode emitir radiação por milhares de anos.

Além do mais, quando uma usina deixa de operar (a vida útil é de 15 anos em média) se torna um grande elefante radioativo que requer custos elevados para fazer seu “enterro” – o descomissionamento.

Uma vez que a consciência ecológica mundial avançou ao longo dos anos e passou a exigir mais informações e controle sobre as atividades que envolvem riscos à saúde e ao meio ambiente, está ficando cada vez mais caro montar usinas atômicas. O mundo inteiro desacelerou ou cancelou seus programas nucleares.

FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL:

**O governo justifica a necessidade de se construir novas usinas nucleares para atender a uma demanda crescente. Existe realmente essa demanda? Qual é o déficit nacional?**

DEPUTADO EDSON DUARTE:

Como já foi visto, não é o governo, mas setores do governo que defendem a construção de novas usinas nucleares. Em 2005 o governo criou um GT (Grupo de Trabalho) para analisar se concluíamos ou não Angra 3. A conclusão foi: negativo, não se concluiu Angra 3. Agora pretende decidir politicamente sobre o tema.

Uma decisão política requer, muitas vezes, argumentos técnicos. Por este motivo argumenta-se que existe uma demanda de energia. E não é assim. Hoje não há déficit energético. O que há é uma previsão de crescimento econômico que vai demandar mais energia. Não estamos falando do presente mas do futuro. Portanto, se não é o presente, podemos pensar em como encontrar formas de gerar energia sem agredir o meio ambiente ou criar problemas para as gerações futuras. Insisto, é preciso investir nas fontes de energias renováveis; otimizar o uso da energia, educando e fornecendo benefícios à população, agricultores e a indústria para um uso adequado; reduzir o desperdício.

FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL:

**Existe uma preocupação cada vez maior com investimentos envolvendo combustíveis fósseis devido a sua escassez. Diante disso, como se justifica o investimento na exploração do urânio?**

DEPUTADO EDSON DUARTE:

O Governo difunde a nossa auto-suficiência em petróleo. No entanto, de que nos serve a auto-suficiência se pagamos pelos derivados do petróleo com os preços mais altos do mundo, como determina o mercado internacional? Dependemos do mercado para consumir o que “é nosso”. A Petrobrás, que é apenas 38% estatal, tornou-se uma megaempresa que atua conforme o mercado: se os preços sobem lá fora, aqui vão subir também.

Segundo os lobistas e parte do Governo, o investimento na exploração de urânio se baseia no fato de termos a quinta maior jazida de urânio do mundo. No entanto, como dissemos, isto não significa nada diante dos problemas gerados com a sua manipulação.

Agora, quando se fala em energias renováveis, é preciso reconhecer e elogiar o programa do biodiesel por sua relevância energética e social.

FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL:

**A discussão em torno da questão do aquecimento global tem movimentado e dado maior fôlego ao investimento em energia nuclear. Como combater o mito de que essa seria uma alternativa viável para o efeito estufa?**

DEPUTADO EDSON DUARTE:

Não se resolve um problema criando outro. A história já nos ensinou isto. Especialmente quando se trata de meio ambiente. Uma usina nuclear não mexe com o clima (pelo menos em níveis locais), é verdade, mas é perigosa, cara e ultrapassada; gera lixo que representa riscos à saúde e ao meio ambiente por milhares de anos; requer um controle e fiscalização que a tornaria economicamente inviável. A busca de uma solução simplificada para o grave problema do aquecimento global pode nos levar a uma situação de calamidade tão grave ou maior que a existente.

Foto: © Greenpeace/Rodrigo Baleia



Depois das obras estarem paralisadas há mais de dez anos, com uma tecnologia plenamente ultrapassada, o governo sabe que investir em Angra 3 não seria o melhor caminho. Sabe que investir em hidrelétricas, usinas eólicas ou termelétricas, apesar dos danos ambientais e sociais envolvidos, sai mais barato e é mais eficiente. Se for concluir Angra 3 será apenas para satisfazer interesses políticos e financeiros dos grupos envolvidos. Não por interesse nacional.'

FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL:

**É possível separar energia atômica “para a paz” e “para a guerra”, como proclamam os discursos pró-nuclear no Brasil? É possível que não haja interesse bélico por trás da demanda por usinas atômicas, principalmente com o grande interesse no Conselho de Segurança da ONU que o presidente Lula tem demonstrado?**

DEPUTADO EDSON DUARTE:

Nos anos 60 os Estados Unidos (até hoje a grande potência mundial produtora e vendedora de armas) criou um programa para conter os arroubos armamentistas dos militares brasileiros. Chamava-se exatamente “Átomos para a paz”. Era uma tentativa de conter a produção da bomba atômica brasileira. Quem vinha com o discurso da paz era exatamente a nação que mais fez e faz ações pelas guerras. Hoje, com o objetivo de reduzir o temor da sociedade sobre o pouco que ela sabe do programa nuclear brasileiro, a propaganda dos lobistas do setor insiste em coisas do gênero, como “átomos para a paz”, ou “átomos para a saúde”, ou para a agricultura.

Como se trata de um programa dominado pelos militares e empresários do setor, o uso bélico para o átomo jamais será descartado.

Quanto ao assento no Conselho de Segurança da ONU, imaginamos que a condição para Lula entrar é exatamente o contrário: não investir em energia nuclear para não ferir os interesses imperialistas do Estados Unidos.

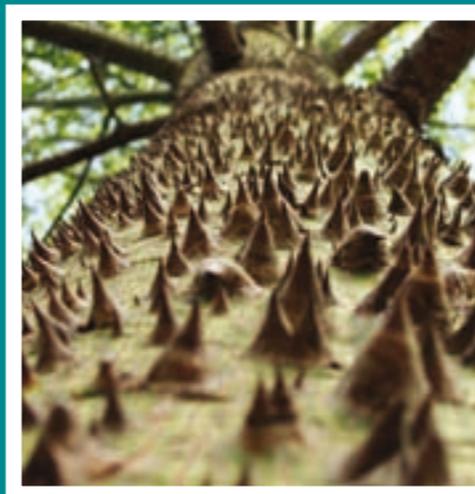
FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL:

**Tanto se fala na necessidade de evitar um apagão, mas a construção de Angra 3, por exemplo, eliminaria esse risco?**

DEPUTADO EDSON DUARTE:

A energia gerada por Angra 1 e 2 representa cerca de 2% da matriz energética atual. É muito pouco. A entrada em operação de Angra 3 acrescentaria pouco a esse percentual. Depois das obras estarem paralisadas há mais de dez anos, com uma tecnologia plenamente ultrapassada, o Governo sabe que investir em Angra 3 não seria o melhor caminho. Sabe que investir em hidrelétricas, usinas eólicas ou termelétricas, apesar dos danos ambientais e sociais envolvidos, sai mais barato e é mais eficiente. Se for concluir Angra 3 será apenas para satisfazer interesses políticos e financeiros dos grupos envolvidos. Não por interesse nacional.

## 04

**DIREITOS HUMANOS: HÁ ESPAÇO PARA ELES NESSE MODELO?**

A FALTA DE AÇÕES EFETIVAS DO PODER PÚBLICO FRENTE À VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS DOS POVOS DA FLORESTA (UMA DAS POPULAÇÕES MAIS AFETADAS PELOS TAIS COMPLEXOS DE “DESENVOLVIMENTO”) NOS FAZ PARAR PARA REFLETIR SOBRE O ESPAÇO QUE OS DIREITOS HUMANOS EM TODOS OS SEUS ASPECTOS AINDA OCUPAM DENTRO DESSE MODELO DE DESENVOLVIMENTO.

DIANTE DO QUADRO DE AUSÊNCIA E FRAGILIDADE DO PODER PÚBLICO, QUE SE REFLETE NA FALTA DE GARANTIAS MÍNIMAS DE DIREITOS À SAÚDE, EDUCAÇÃO, MORADIA, ACESSO À TERRA E SEGURANÇA, DENTRE OUTROS REQUISITOS BÁSICOS PARA CONFERIR AOS POVOS DA FLORESTA A CONDIÇÃO DE CIDADÃOS/ÃS, SE TORNA URGENTE O DEBATE DO TEMA DA JUSTIÇA AMBIENTAL NA AMAZÔNIA.

## TAXA DE DESMATAMENTO ANUAL

ESTADOS / ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Acre	547	419	730,22	885	769	541
Amazonas	612	634	881,15	1632	1221	752
Amapá	-	7	-	25	46	33
Maranhão	1065	958	1014,33	993	755	922
Mato Grosso	6329	7703	7892,26	10405	11814	7145
Pará	6671	5237	7323,77	6996	8521	5763
Rondônia	2465	2673	3067,39	3620	3834	3233
Roraima	253	345	84,41	439	311	133
Tocantins	244	189	211,89	156	158	271
Amazônia Legal	18226	18165	21205,4	25151	27429	18793

## VARIAÇÃO COLETIVA

ESTADOS / ANO	2000-2001	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005
Acre	-23	74	21	-13	-30
Amazonas	4	39	85	-25	-38
Amapá	0	0	0	0	-28
Maranhão	-10	6	-2	-24	22
Mato Grosso	21	2	32	14	-40
Pará	-21	40	-4	22	-32
Rondônia	8	15	18	6	-16
Roraima	36	-76	420	-29	-57
Tocantins	-23	12	-26	1	72
Amazônia Legal	0	17	19	9	-31

Fonte: Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais)

A dinâmica do desmatamento da Amazônia hoje se deve a fatores como a expansão desordenada da pecuária e do monocultivo da soja, à grilagem de terras públicas, à exploração ilegal e predatória da madeira, à mineração, aos grandes projetos de infra-estrutura, à política de incentivos à exportação, à biopirataria, ao desrespeito das decisões judiciais, e, claro, à ausência do poder público. Neste processo, milhares de comunidades, principalmente as tradicionais (ribeirinhos, extrativistas, pescadores artesanais, etc), assim como povos indígenas, quilombolas e agricultores familiares sofrem com a destruição dos recursos naturais e acabam forçados a sair ou são expulsos de suas terras.

Justiça Ambiental na Amazônia é o acesso justo e equitativo aos recursos ambientais, às informações, à democratização dos processos decisórios e a constituição de sujeitos coletivos de direitos. Justiça Ambiental na Amazônia é o que querem as organizações sociais e populações locais. Mestras e mestres da roça, do tambor, da pesca e das matas, expostos a manobras jurídicas ou ameaças de pistolagem. Homens e mulheres sem garantia dos direitos fundamentais, sejam humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, diante de grandes projetos excludentes de energia e mineração, de estradas, da impunidade criminosa e omissão governamental, das monoculturas e dos madeireiros, de migração forçada para a periferia das cidades. [Texto retirado do portal da Rede Brasileira de Justiça Ambiental]



O artigo da educadora Fátima Cristina da Silva nos dá um pouco da dimensão do que é a luta por justiça ambiental na Amazônia.

**A VOZ DA FLORESTA: UMA  
CAMPANHA QUE GRITA POR  
JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL**

Fátima Cristina da Silva<sup>29</sup>

**É ANTES DO ALVORECER QUE AO SOM DA SAMAUMA E O CLARÃO DA PORONGA, A FLORESTA CUMPRIMENTA**

**E ABRE ALAS PARA AS PESSOAS QUE SOBREVIVEM ALI, FAZENDO DO SEU LUGAR O MELHOR LUGAR, ONDE**

**AINDA EXISTEM RIQUEZAS E BELEZAS QUE SE CONTRAPÕEM A TANTA INJUSTIÇA E IMPUNIDADE.**

As leis existem, mas não para os povos da floresta, que em sua maioria são desconhecedores das letras e muito menos sabem do que se trata uma Constituição, quanto mais dos artigos 5º e 6º, que lhes garantem os direitos básicos que qualquer ser humano precisa para viver dignamente. Se o básico do básico eles desconhecem, quanto mais as leis ambientais e outros instrumentos jurídicos. Nem por isso deixam de lutar contra o desmatamento, bloqueando os rios e estradas para os madeireiros não levarem a sua riqueza. Gastam dias, deixam de comer e de levar comida para a família, mas ficam ali, insistindo em manter a ordem e a disciplina em suas casas que é a grande floresta. É aí que eles contam com um Estado de Direito que, infelizmente, é falho porque é praticamente inexistente. Esta é a rotina dos povos da floresta, repleta de injustiças e falta de cidadania.

O fogo se alastra, as pessoas são algemadas, os decretos desautorizados, as pessoas assassinadas... e a injustiça continua perseguindo aqueles que têm estampado no rosto o sofrimento pela espera eterna de uma mudança, enquanto os dirigentes de nosso país, eleitos pelo povo, se autopromovem nos outdoors das grandes capitais da Amazônia.

Temos exemplos reais sobre ameaças de grandes lideranças e de que as autoridades continuam agindo de forma equivocada quando autorizam a retirada de madeira de uma reserva extrativista sem saber o que de fato é uma unidade de conservação de uso sustentável e muito menos um decreto presidencial.

As reservas extrativistas fazem parte do Sistema Nacional de Unidade de Conservação, regulamentadas pelo Decreto nº 98.897 de 30.01.90 e criadas para: garantir terra às famílias que ali moram; permitir que as famílias continuem vivendo das atividades econômicas que tradicionalmente vêm executando; conservar os recursos naturais mediante sua exploração sustentável, isto é, permitindo que os mesmos continuem disponíveis para filhos e netos; organizar os moradores e capacitá-los para que, mediante o fortalecimento do associativismo, administrem a área, obedecendo a um plano de utilização, feito por eles mesmos e aprovado pelo IBAMA; implantar alternativas de renda que contribuam para a melhoria das condições de vida das famílias.

Somente através do controle social é que haverá combate a essa contraposição. Ao afirmar e lutar por seus direitos, a floresta e seus povos estarão seguros, e o Planeta Terra mais saudável, aprendendo a respeitar e valorizar as pessoas que usam e cuidam de nossa floresta.

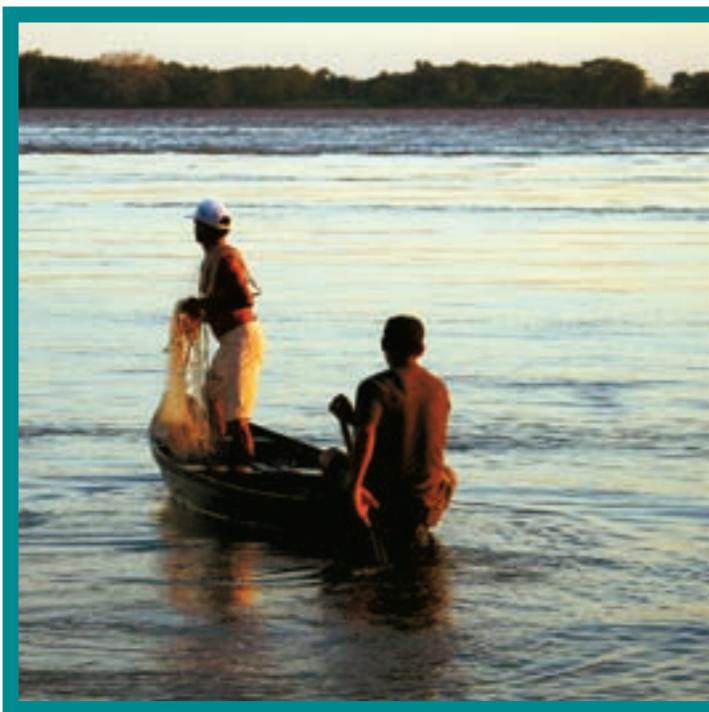
Gritar por justiça é uma luta árdua. Sabe-se que conter o desmatamento é conter os grandes projetos denominados de desenvolvimento; é conseguir a punição daqueles que não têm respeito pelas pessoas e pela floresta; é conseguir uma reforma agrária justa, equitativa e igualitária.

A defesa da reforma agrária é uma luta constante. Somente através dela teremos o desenvolvimento ainda desconhecido e, conseqüentemente, a qualidade de vida tão esperada. Um dos maiores desafios talvez seja o fato de o país querer uma reforma sem regularização de terras e sem combate aos crimes ambientais. Isso significa acelerar o desenvolvimento sem humanizá-lo e negar um discurso de desenvolvimento para o povo.

O sistema capitalista em si não considera o fator humano. Assim, nenhum dos grandes projetos ditos “para o desenvolvimento” tem incorporado uma política social sustentável. Os processos para a construção de uma política pública participativa são muito lentos, vários passos precisam ser dados e nem sempre as pessoas envolvidas conseguem compreender ou acompanhá-los com efetividade.

O desenvolvimento integral e sustentável requer o crescimento dos níveis de confiança, cooperação, ajuda mútua e organização, o que tem sido denominado como “Capital Social”. Quanto maior a capacidade das pessoas de se associarem em torno de interesses comuns, ou seja, quanto maiores os indicadores de organização social, melhores serão as condições de desenvolvimento.

29- Fátima Cristina Silva é educadora, com especialização em Metodologia de Ensino e Gestão Descentralizada. Sócia-Educadora da Rede Mulher de Educação. Integrante do Grupo da Terra. Assessora Técnica do CNS e Coordenadora dos Projetos na Área de Saúde



**A justiça ambiental é 100% floresta e 100% pessoas. Ela é o passaporte para a sustentabilidade que tanto almejamos. Por isso o povo clama por seus direitos, fazendo e se apropriando de uma campanha por justiça ambiental na Amazônia. São pessoas que querem ficar de pé tanto quanto a floresta, e o movimento precisa se convencer cada vez mais disso, fazendo da campanha uma ação continuada.'**

Para tanto, faz-se necessário o conhecimento de todo o processo de gestão da floresta, para que este capital social transforme-se no capital principal de todas as formas possíveis de economia solidária e dos empreendimentos em grupo.

Existem inúmeros fóruns, grupos de discussão, comitês e outras instituições que trabalham incessantemente na construção de uma plataforma política para o desenvolvimento sustentável e, enquanto isso, a injustiça socioambiental continua se agravando e as pessoas simples da floresta avistam um horizonte sem solução. Talvez pelo fato de que essas pessoas que clamam por um Estado de Direito efetivo não sejam vistas justamente como sujeitos de direito.

Talvez seja preciso ser mais prático, ou seja, envolver-se com o povo para aprender com eles os melhores caminhos e ensiná-los a compreender as leis, para então montarmos uma estratégia que venha a amenizar toda essa situação. Capacitá-los sobre direitos humanos, sobre os instrumentos jurídicos e sobre a importância do exercício pleno da cidadania.

A justiça ambiental é 100% floresta e 100% pessoas. Ela é o passaporte para a sustentabilidade que tanto almejamos. Por isso o povo clama por seus direitos, fazendo e se apropriando de uma campanha por justiça ambiental na Amazônia. São pessoas que querem ficar de pé tanto quanto a floresta, e o movimento precisa se convencer cada vez mais disso, fazendo da campanha uma ação continuada.

A campanha por justiça ambiental certamente virá contribuir ao desenvolvimento das ações cidadãs (direito à terra, à saúde, à educação, à segurança, ao voto, à organização e aos créditos) como parte integrante da Reforma Agrária Ecológica e do Desenvolvimento Sustentável, através da consciência de luta e conquista da terra e da cidadania.

Para que este processo seja democrático e participativo, será preciso modificar a forma do repasse de informações, é preciso ser mais simples para abranger mais. Por isso, o sucesso da metodologia da campanha que, de forma inovadora, a FASE-Amazônia e demais parceiros vêm realizando de forma integrada com as bases organizadas, compartilhando suas demandas através de estratégias significativas que reconheçam e valorizem o verdadeiro saber daqueles que são simples, mas possuem a floresta e esperam uma troca recíproca de conhecimentos, colocando sua práxis à disposição de um desenvolvimento sustentável para o ambiente inteiro.

O ser humano faz sua história, constrói o mundo, sente os efeitos, torna-se resistente, busca soluções e faz parte de uma transformação constante, sentindo-se sempre um sujeito quando sente a prática da liberdade que depende de diversos fatores imprescindíveis para o desenvolvimento.

Por isso formar cidadãos conscientes e críticos é uma das preocupações básicas da campanha de justiça ambiental, porque quando as pessoas começam a conhecer seus espaços, deixando de ser neutras, adquirem forças para enfrentar aqueles cuja indiferença impede esse processo de transformação.

Enfim, apropriam-se de uma luta que clama por justiça e direitos, empoderam-se dos resultados, sendo os sujeitos da história, os protagonistas nos mapas dos conflitos vivenciados em sua rotina dentro da floresta amazônica.

## 05

## CLIMA: AS CONSEQUÊNCIAS DE UM MODELO DESASTROSO

A RECENTE DIVULGAÇÃO DO INVENTÁRIO DO PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (IPCC) CONFIRMOU UMA ADVERTÊNCIA APRESENTADA AO MUNDO HÁ 15 ANOS, MAIS PRECISAMENTE DURANTE A CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, A RIO-92. À ÉPOCA, AO FINAL DA CONVENÇÃO SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, CONCLUIU-SE QUE ERA NECESSÁRIA E URGENTE A REDUÇÃO DA EMISSÃO DE GASES POLUENTES CAUSADORES DO EFEITO ESTUFA. APESAR DA GRAVIDADE DO AVISO, NÃO FORAM ESTABELECIDOS LIMITES NEM METAS VINCULANTES DESSAS REDUÇÕES, O QUE SÓ ACONTECEU EM 1997 NO JAPÃO, QUANDO 87 PAÍSES ASSINARAM O PROTOCOLO DE KYOTO E ASSUMIRAM O COMPROMISSO DE REDUZIR EM 5% SUAS EMISSÕES DE GASES ATÉ O PERÍODO DE 2008-2010, TENDO COMO BASE O ANO DE 1990 (O COMPROMISSO SÓ VALE PARA OS PAÍSES DESENVOLVIDOS).

A PARTIR DO PRIMEIRO ENCONTRO NO RIO DE JANEIRO, INTENSIFICARAM-SE OS ESTUDOS SOBRE O PROCESSO DE AQUECIMENTO GLOBAL E OUTRAS FORMAS DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL IMPOSTAS POR UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO PREDATÓRIO E INSUSTENTÁVEL (COMO VIMOS NOS ARTIGOS ANTERIORES). DESDE ENTÃO, ESPECIALISTAS, AMBIENTALISTAS, CIENTISTAS E ATÉ MESMO ALGUNS CHEFES DE ESTADO TÊM ALERTADO PARA A URGÊNCIA DE SE COLOCAR O TEMA DO CLIMA NO CENTRO DE DISCUSSÕES QUE TRATAM DE QUESTÕES-CHAVE PARA O BOM “FUNCIONAMENTO” DO PLANETA, JUNTAMENTE COM OS TÃO BADALADOS DEBATES SOBRE COMÉRCIO, TARIFAS ALFANDEGÁRIAS, DÍVIDA EXTERNA, ENTRE OUTROS.

O RELATÓRIO DO IPCC É ASSUSTADOR, MAS DEIXA UMA BRECHA PARA ACREDITARMOS QUE A REVERSÃO DESSA TENDÊNCIA É POSSÍVEL. NO ENTANTO, É NECESSÁRIA UMA RADICAL MUDANÇA DO NOSSO ATUAL MODELO DE DESENVOLVIMENTO ALÉM, CLARO, DA COOPERAÇÃO DE TODOS OS PAÍSES, EM ESPECIAL OS INDUSTRIALIZADOS. O ARTIGO DE BARBARA UNMÜSSIG E JÖRG HAAS FAZ UMA RETROSPECTIVA DO TEMA DESDE A ECO-92, MOSTRA COMO O DEBATE TEM SIDO TRATADO NA EUROPA E ALERTA PARA A EMERGÊNCIA DA SITUAÇÃO, APELANDO, PRINCIPALMENTE, PARA OS PAÍSES EUROPEUS DESENVOLVIDOS.

## KYOTO NÃO BASTOU

Barbara Unmüßig<sup>30</sup> e Jörg Haas<sup>31</sup>



**NEM MESMO A EUROPA CUMPRE OS ACORDOS CLIMÁTICOS: A PROTEÇÃO À ATMOSFERA JÁ EXIGE HÁ TEMPOS NOVAS PRIORIDADES.**

O retrospecto é doloroso: já se passaram 15 anos desde que os chefes de Estado de 157 países solenemente firmaram a Convenção-Quadro sobre a proteção climática do planeta, na Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro, em 1992. E até mesmo o presidente norte-americano George Bush pai a assinou. A humanidade se uniu em uma rara atitude em prol de uma grande meta: conter uma perigosa mudança climática. Os países de maior desenvolvimento industrial se comprometeram a reduzir até o ano 2000 as emissões de dióxido de carbono (CO2) e de outros gases de efeito estufa aos mesmos níveis de 1990. A concentração de CO2 na atmosfera já atingia, na época, aproximadamente 335 ppm (partes por milhão). Isso corresponde a uma quantidade 26% superior ao CO2 natural do ar no período pré-industrial.

Cinco anos se passaram até que as promessas se tornassem políticas práticas. Com a assinatura do Protocolo de Kyoto, as promessas não-vinculantes dos países industrializados se tornaram juridicamente obrigatórias no plano internacional. Eles se comprometeram a reduzir a emissão dos gases de efeito estufa até o ano 2012 a uma média de 5,2 % abaixo dos níveis de 1990. A concentração de CO2 já alcançava então as 364 ppm. Estados Unidos e Austrália negaram-se a ratificar o Protocolo.

Finalmente, no verão de 2006, nove anos depois, o projeto mais importante da humanidade parece fracassar de início. No mundo todo, as emissões de CO2 não baixaram; pelo contrário, subiram vertiginosamente. Comparando aos níveis de 1990, houve um aumento de 27% inclusive nos países industrializados, que haviam prometido o contrário. O governo do Canadá divulgou oficialmente que a meta de redução dos gases é “inatingível e irreal”. Também para a União Européia, o insucesso das metas prometidas em Kyoto já estava programado, sentenciou recentemente o Instituto Alemão de Pesquisa Econômica (DIW). As estações medidoras registram, enquanto isso, uma concentração de CO2 na atmosfera de 380 ppm. Tendência: aumento rápido.

Enquanto a política internacional se perde em promessas vazias, a mudança climática se transforma de teoria ameaçadora em uma realidade muitas vezes fatal. A cada ano climatologistas registram novos recordes de temperatura. Milhares de pessoas perdem seus bens e suas vidas em ciclones, enchentes ou secas catastróficas. O derretimento da geleira do Himalaia sozinho ameaça o abastecimento de água a centenas de milhões de pessoas. E surgem cada vez mais provas de que as calotas de gelo na Groelândia e na Antártica estejam derretendo a uma velocidade desconhecida.

Os climatologistas, que são, antes de mais nada, um grupo de cautelosos cientistas, tornam-se sob a pressão de seus próprios conhecimentos, claramente radicais. Representante de sua classe, diretor do Instituto Goddard de Estudos Espaciais da Nasa e um dos principais especialistas em pesquisas climáticas dos Estados Unidos, James Hansen declarou que o mundo tem no máximo dez anos para tomar medidas eficazes para evitar maiores catástrofes. O “continuar como está” e o crescimento a partir do uso de combustíveis fósseis não representam mais opções legítimas. O abismo existente entre os conhecimentos da climatologia e as ações políticas e econômicas cresce cada vez mais. O Protocolo de Kyoto foi um passo importante para dar início a mudanças, todavia, as metas e os métodos formulados se mostraram totalmente insatisfatórios.

Mas existe uma boa notícia: a ignorância política de George W. Bush e de seu governo no que diz respeito ao tema clima não representa a realidade dos Estados Unidos. Nove estados no noroeste do país estão construindo um mercado regional de emissões ainda mais ambicioso do que o da União Européia. A Califórnia, a segunda maior emissora de CO2 do mundo, acaba de sancionar uma lei impondo um limite máximo para as emissões deste gás. As cidades também se mostram engajadas: 224 prefeitos firmaram a declaração, na qual se comprometem a executar as obrigações de Kyoto relativas aos Estados Unidos em suas cidades.

Até mesmo em Wall Street o clima mudou: O Investors Network on Climate Risk (INCR) adverte que as alterações climáticas representam um risco material para as empresas. Decisões sobre investimentos devem ser reavaliadas. O Carbon Disclosure Project entrevista regularmente, a pedido dos

30- Barbara Unmüßig é cientista política e, desde 2002, diretora da Fundação Heinrich Böll em Berlim.

31- Jörg Haas é geógrafo e diretor do departamento de Ecologia e Desenvolvimento Sustentável, cargo que ocupa desde 1997.

Fundos de Pensão e Investimento com um capital investido de 31 trilhões de dólares americanos, as 1900 maiores empresas do mundo sobre suas preocupações com os riscos ambientais e com a ameaça de prejuízos decorrentes de desastres climáticos.

Ao mesmo tempo, 86 líderes das Igrejas mais influentes publicaram uma declaração exigindo uma tributação massiva destinada à proteção do clima. E a “Apollo Alliance”, uma união de quase todos os sindicatos e organizações de meio-ambiente dos Estados Unidos, tem recebido grande apoio ao promover um programa de energia sustentável, seguindo o modelo do programa Apollo dos anos 60.

E a rebelde sociedade civil norte-americana não está sozinha. Em outubro de 2006, países mobilizaram alianças semelhantes para promover manifestações a favor de um novo acordo climático mundial. Inclusive líderes do Partido Comunista Chinês reconheceram que as mudanças climáticas afetaram fundamentalmente seu país e, por isso, acordaram ambiciosas metas de economia energética. E tudo isso se justifica: está na hora de realizar um KyotoPlus, uma guinada na política climática a uma nova e total dimensão.

Quem promove a proteção ao ambiente com esses métodos acabará malgrado – e também não poderá fazer reivindicações a outros. E é exatamente de uma exemplar demonstração da praticabilidade da conseqüente proteção climática que isso depende. Agora se reconhece como erro de desenvolvimento o fato de termos negociado a política climática com representantes de empresas e de ministérios de forma conspiratória.

É necessário, no entanto, despertar a sociedade em todos os níveis. Precisamos de novas diretrizes políticas e novas alianças sociais. E, para isso, vale mudarmos fundamentalmente a forma de comunicação sobre o tema ambiental usada até agora. Não se trata de um ônus ou de desvantagens no âmbito da concorrência global. O contrário é que procede: os riscos provocados pelas alterações climáticas ameaçam a prosperidade mundial. Somente os investimentos em estabilidade ambiental podem promover a base para um sucesso econômico futuro.

Por fim, será necessário um programa tecnológico consistente em si. E isso não inclui a energia atômica. Desde 11 de setembro de 2001 vivemos em um mundo em que não convém mais usar tais tecnologias de alto risco. Não há sentido em combater o grande perigo das mudanças climáticas com outro enorme risco. Duvidosa é também a esperança de usinas limpas de carvão mineral através da separação do CO<sub>2</sub> – e de seu armazenamento. E mesmo quando algum dia se conseguir, trata-se de uma tecnologia cara. Projetos-piloto são convenientes em países como China e Índia, que contam com grandes jazidas de carvão. Em contrapartida, será política e climaticamente pe-

rigoso investir em uma nova usina de carvão mineral reprimindo a vaga opção futura da separação do CO<sub>2</sub>.

A alternativa é a rápida consolidação das energias renováveis e a implementação radical de novas técnicas eficientes. E essas são as tecnologias-chave do século XXI. As energias renováveis são a resposta mais importante para a superação da dramática escassez energética para quase 2 milhões de pessoas nos países em desenvolvimento. Combinadas com a implantação de padrões rígidos de consumo, elas possibilitam um futuro livre do caos climático.

Somente quem traçar este caminho poderá ter a palavra nas próximas negociações sobre os acordos de proteção ambiental. As ambições não podem voltar a tomar as rédeas. Metas obrigatórias continuam sendo elementos indispensáveis para a arquitetura da proteção ambiental global. Para criar segurança de investimento para a economia, essas metas têm de ser, no entanto, estabelecidas claramente a longo prazo. E, nesse caso, resta uma pergunta de justiça elementar, se os investimentos necessários para a defesa do meio ambiente e para os ajustes aos danos já inevitáveis conforme o princípio do provocador devem ser financiados por eles mesmos, já que foram os que mais contribuíram para o problema. Um imposto sobre o trânsito aéreo, como imposto na França e na Grã-Bretanha, para o financiamento do combate a epidemias e a fome, constitui aqui apenas um primeiro passo. Modelos semelhantes também foram desenvolvidos em outros setores.

E assim, somente assim, será possível que países inchados como China, Índia ou Brasil possam aos poucos participar e dar sua própria contribuição. Somente assim determinamos o curso certo em uma janela de tempo curta demais, que ainda nos resta. O Protocolo de Kyoto foi um primeiro passo histórico. Mas não podemos delegar por mais tempo os desafios a conferências globais sobre o clima. A atmosfera é um dos bens mais preciosos do planeta. Sua proteção exige novas prioridades.





## PROGRAMAS E PARCERIAS DA FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL NO BRASIL

**GARANTIA DE DIREITOS HUMANOS: PROMOVER UMA MAIOR EFETIVIDADE DOS DIREITOS HUMANOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS (DHESCA) NO BRASIL.**

### CENTRO DE JUSTIÇA GLOBAL

Justiça social e direitos humanos. Fundado em 1999, o Centro de Justiça Global é dedicado à promoção da justiça social e dos direitos humanos no Brasil, através de pesquisa, rigorosa documentação e da elaboração de relatórios sobre a situação dos direitos humanos no país. Autora de dezenas de casos frente ao sistema interamericano de proteção dos direitos humanos da OEA e da ONU, a organização apóia e incentiva a utilização de mecanismos internacionais através de cursos intensivos, treinamentos in loco e ações conjuntas em nível internacional com ONGs brasileiras.  
site: [www.global.org.br](http://www.global.org.br) | e-mail: [global@global.org.br](mailto:global@global.org.br)

### CFEMEA (CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA)

Organização da sociedade civil, não-governamental, feminista, de caráter público, suprapartidária e sem fins lucrativos. Desde 1989, o CFEMEA luta pela plena cidadania das mulheres, por relações eqüitativas e solidárias e por uma sociedade e Estado justos e democráticos. O Centro Feminista tem como traço característico o trabalho que desenvolve no Congresso Nacional, monitorando as proposições legislativas e assessorando parlamentares nas questões de equidade de gênero e na defesa dos direitos das mulheres. Desde 1992, o CFEMEA desenvolve o Programa Direitos da Mulher na Lei e na Vida, que se fundamenta nas linhas de ação: Advocacy, Assessoria, Comunicação e Articulação.  
site: [www.cfemea.org.br](http://www.cfemea.org.br) | e-mail: [cfemea@cfemea.org.br](mailto:cfemea@cfemea.org.br)

### SDDH (SOCIEDADE PARAENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS)\*

Liberdades democráticas, direitos humanos e justiça social. Atua no Pará com foco no combate à violência policial em áreas urbanas na assessoria jurídico-política na área rural. Desenvolve ainda projetos na área de formação de recursos humanos sobre proteção internacional dos direitos humanos e denúncias de violações junto a organismos internacionais.  
e-mail: [sddh@veloxmail.com.br](mailto:sddh@veloxmail.com.br)

(\*) Parceria na Amazônia

### CRIOLA

A atuação junto a mulheres, adolescentes e meninas negras para o desenvolvimento de ações que visam o combate ao racismo, ao sexismo e à homofobia e para a melhoria das condições de vida da população negra é o objetivo principal de Criola. Também atua visando a inserção de mulheres negras como agentes de transformação, contribuindo para a elaboração de uma sociedade fundada em valores de justiça, eqüidade e solidariedade, onde a presença e contribuição da mulher negra seja acolhida como um bem da humanidade.  
site: [www.criola.org.br](http://www.criola.org.br) | e-mail: [criola@criola.org.br](mailto:criola@criola.org.br)

### INESC (INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS)

Promoção e fortalecimento da democracia representativa e participativa baseada em direitos humanos, cidadania, diversidade, pluralismo, sustentabilidade socioambiental e eqüidade de gênero. Atua no Congresso Nacional e na intermediação entre o Parlamento e a sociedade civil, desenvolvendo ações relativas à aprovação de leis que concedam base legal às políticas públicas nas seguintes áreas: orçamento público, criança e adolescente, agricultura, povos indígenas, meio ambiente e política internacional.  
site: [www.inesc.org.br](http://www.inesc.org.br) | e-mail: [jairb@inesc.org.br](mailto:jairb@inesc.org.br)

**BIOPOLÍTICA: PROCESSOS DE PRIVATIZAÇÃO E REGULAÇÃO DA VIDA: AMPLIAR O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA DISCUSSÃO SOBRE AS IMPLICAÇÕES E CONSEQÜÊNCIAS ÉTICAS, POLÍTICAS, SOCIAIS E AMBIENTAIS RELACIONADAS À PRIVATIZAÇÃO E MANIPULAÇÃO DOS PROCESSOS BÁSICOS DA VIDA.**

#### SER MULHER

Organização não-governamental feminista, com sede na cidade de nova Friburgo-RJ. Atua na área de saúde, bioética, biopolíticas, novas tecnologias reprodutivas e genéticas, cidadania, direitos, violência contra a mulher, desenvolvimento local sustentável e trabalho e condições de vida.  
site: [www.sermulher.org.br](http://www.sermulher.org.br) | e-mail: [sermulher@sermulher.org.br](mailto:sermulher@sermulher.org.br)

#### SOS CORPO

Organização da sociedade civil que tem no feminismo a base de sua ação institucional. Entidade autônoma que orienta sua prática pelos ideais de liberdade, igualdade e solidariedade. Sediada no estado de Pernambuco, no Nordeste do Brasil, integra movimentos nacionais e internacionais pela eliminação de todas as formas de injustiça, discriminação e exclusão social. Mais recentemente, passou a atuar também nas áreas de meio-ambiente e agroecologia.  
site: [www.soscorpo.org.br](http://www.soscorpo.org.br) | e-mail: [info@soscorpo.org.br](mailto:info@soscorpo.org.br)

**GLOBALIZAÇÃO E PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO: CONTRIBUIR PARA A CONSTRUÇÃO DE PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL NUMA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, DE JUSTIÇA E EQUIDADE ENTRE OS PAÍSES.**

#### INSTITUTO EQÛIT (GÊNERO, ECONOMIA E CIDADANIA GLOBAL)

Combate às desigualdades de gênero e fortalecimento das mulheres e da promoção de mudanças no contexto nacional e mundial a partir de uma visão crítica do processo de globalização. Transformação das relações de gênero e sociais a partir de uma visão feminista, crítica do antropocentrismo, e que privilegia a construção da cidadania das mulheres, na perspectiva da democracia e dos direitos humanos superadores da lógica de mercado. Atuação em produção

de conhecimento, educação e capacitação, articulação política e assessoria através de três áreas temáticas: globalização e políticas macroeconômicas; democracia, cidadania e direitos humanos; desenvolvimento sustentável.  
site: [www.equit.org.br](http://www.equit.org.br) | e-mail: [equit@equit.org.br](mailto:equit@equit.org.br)

#### SOF (SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA)

Relações sociais de gênero, políticas públicas de gênero, saúde da mulher e direitos reprodutivos. A SOF é uma organização não-governamental feminista fundada em 1963, com sede na cidade de São Paulo e atuação em âmbito nacional. O objetivo é contribuir na construção de uma política feminista articulada ao projeto democrático-popular, que esteja presente na formulação de propostas e nos processos organizativos e de luta dos movimentos sociais. Esta política deve transformar as relações de gênero e favorecer a autodeterminação das mulheres. A SOF atua junto a mulheres organizadas no movimento autônomo de mulheres, movimento popular e sindical, rural e urbano. A organização também atua na Marcha Mundial das Mulheres.  
site: [www.sof.org.br](http://www.sof.org.br) | e-mail: [sof@sof.org.br](mailto:sof@sof.org.br)

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: FORTALECER A CAPACIDADE DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE INFLUENCIAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE GARANTIR O SEU CONTROLE SOCIAL.**

#### FASE - SOLIDARIEDADE E EDUCAÇÃO

Educação e desenvolvimento junto a movimentos sociais e urbanos, através da luta contra a exclusão social e pelos direitos de cidadania através de três programas: Amazônia democrática e sustentável; direito à cidade nas regiões metropolitanas e trabalho e socioeconomia solidária; e agroecologia e segurança alimentar. No Pará, a FASE está gerindo um programa em cooperação com a Fundação desde 1996, calcado na concepção participativa do desenvolvimento, na promoção da organização dos atores sociais e na qualificação de sua ação e interlocução com o poder público.  
e-mail: [amazonia@fase-pa.org.br](mailto:amazonia@fase-pa.org.br) | site: [www.fase.org.br](http://www.fase.org.br)

### GT ENERGIA (FBOMS) – GRUPO DE TRABALHO DO FÓRUM BRASILEIRO DE ONGS E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO

Participação da sociedade civil organizada em eventos sócio-ambientais na busca do desenvolvimento sustentável. O FBOMS articula ONGs ambientalistas, sindicatos e movimentos sociais na formulação de modelos alternativos a serem incorporados nas políticas públicas para um Brasil sustentável. O GT Energia hoje conta com mais de 70 integrantes que planejam estratégias e realizam ações conjuntas para o fortalecimento de suas lutas locais bem como para uma atuação coordenada que influencie políticas públicas na área de energia no Brasil.

e-mail: [coordenacao@fboms.org.br](mailto:coordenacao@fboms.org.br) | site: [www.fboms.org.br](http://www.fboms.org.br)

### MMNEPA (MOVIMENTO DE MULHERES DO NORDESTE PARAENSE)

Apoio a 40 grupos de mulheres trabalhadoras rurais de baixa renda em treze municípios do Nordeste Paraense. Participação das mulheres nas políticas públicas com desempenho comprometido e eficiente nas linhas de saúde, sexualidade, combate à violência sexual e doméstica contra a mulher, geração de renda e em prol da cidadania de todas as pessoas.

e-mail: [mmnepa@chekup.com.br](mailto:mmnepa@chekup.com.br)

### PARCERIAS PONTUAIS

#### SAPÊ (SOCIEDADE ANGRENSE DE PROTEÇÃO ECOLÓGICA)

Grupo ecológico que se destaca pela atuação articulada no combate à atividade nuclear no município de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro. A organização também faz parte do Grupo de Trabalho Energia do FBOMS e lida com a questão da energia nuclear junto com as demais entidades que compõem o GT.

e-mail: [sape.angra@terra.com.br](mailto:sape.angra@terra.com.br)

#### VITAE CIVILIS

Atuação em processos sociais visando a melhoria da qualidade de vida e o respeito à diversidade cultural e biológica, com base em sistemas democráticos de gestão. Estímulo à geração de renda em comunidades rurais, promoção de atividades sustentáveis e de dinâmicas econômicas que garantam igualdade social, respeito e diversidade cultural e equilíbrio ambiental. Integra o GT Clima do FBOMS.

site: [www.vitaecivilis.org.br](http://www.vitaecivilis.org.br) | e-mail: [vcivilis@vitaecivilis.org.br](mailto:vcivilis@vitaecivilis.org.br)

### REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Justiça social e direitos humanos. Redação de relatórios regulares com denúncias de violações de direitos humanos no Brasil. Petições e submissão de casos a organismos nacionais e internacionais visando a proteção dos direitos humanos. Intervenções na mídia, produção de documentários em vídeo e participação em articulações como o Fórum Social Mundial, Campanha Contra a Alca, Campanha Continental Contra a Militarização, Movimento Nacional de Direitos Humanos.

site: [www.social.org.br](http://www.social.org.br) | e-mail: [redesocial.org.br](mailto:redesocial.org.br)

### TERRA DE DIREITOS

A Terra de Direitos desenvolve e apóia ações relacionadas à promoção, defesa e reparação dos direitos humanos e à emancipação dos movimentos sociais no Brasil e na América Latina. Para isso, presta assessoria jurídica e faz advocacia popular para os movimentos sociais de luta pela terra, moradia, meio ambiente, entre outros. Também denuncia violações dos direitos humanos; realiza pareceres, estudos, pesquisas, relatórios e dossiês, além de fazer mediação de conflitos coletivos. A Terra de Direitos desenvolve e apóia ações dentro de cinco eixos: Terra, Biodiversidade, Cidade, Trabalho e Defensores.

Site: [www.terradedireitos.org.br](http://www.terradedireitos.org.br) | e-mail: [terradedireitos@terradedireitos.org.br](mailto:terradedireitos@terradedireitos.org.br)



#### **Escritório Rio de Janeiro**

Rua da Glória, 190 / 701 | Glória

Cep: 20241-180 | Rio de Janeiro/RJ

Tel/Fax: + 55 (21) 3852 1104

E-mail: [boell@boell.org.br](mailto:boell@boell.org.br)

Para maiores informações,

visite nossa página na internet [www.boell.org.br](http://www.boell.org.br)

#### **Escritório Central**

Heinrich Böll Stiftung

Rosenthaler Str. 40/41

10178 Berlim | Alemanha

Tel: +49 30 285 34 - 0

